



REVISTA  
**Pergaminho**

Volume 2 | Número 1  
Jan-Jun | 2022



ISSN: 2764-3522



**ACADEMIA ITAPECURUENSE  
DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES**



REVISTA  
**Pergaminho**

Volume 2 | Número 1 | Jan-Jun | 2022

Itapecuru Mirim - MA

**AICLA**

2022



## **Revista Pergaminho**

### **Editor Chefe**

Francisco Inaldo Lima Lisboa

### **Editores adjuntos**

Maria da Assenção Lopes Pessoa

Maurel Mamede Selares

### **Conselho Editorial**

Adney Teles (M.e)

Brenno Bezerra de Araújo Pedrosa (Esp.)

Claudiene Diniz da Silva (Dra.)

Francisco Inaldo Lima Lisboa (M.e)

Gabriela de Santana Oliveira (M.a)

José Eduardo Bandeira de Melo Marques  
Ferreira (M.e)

Itaan de Jesus Pastor Santos (Dr.)

Jucey Santos de Santana (Esp.)

Laura Virgínia Tinoco Farias (M.a)

Maria da Assenção Lopes Pessoa (Esp.)

Maurel Mamede Selares (M.e)

Nicodemos Bezerra (Esp.)

Tiago de Oliveira Ferreira (Esp.)

### **Revisão de texto**

Francisco Inaldo Lima Lisboa

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Luís Cláudio de Melo Brito Rocha

## **Academia Itapecuruense de Ciências, Letras e Artes (AICLA)**

### **DIRETORIA ATUAL**

#### **Presidente**

Francisco Inaldo Lima Lisboa

#### **Vice-presidente**

Brenno Bezerra de Araújo Pedrosa

#### **1º Secretário**

Ailson Lopes Costa

#### **2º Secretário**

Werby Almeida Diniz – Beto Diniz

#### **1º Tesoureiro**

Leonete Barros Amorim Barbosa

#### **2º Tesoureiro**

Edvan Caldas Soares

#### **Conselho Fiscal**

Jucey Santos de Santana

Benedito Bogéa Buzar

Maria da Assenção Lopes Pessoa

Nicodemos Bezerra

Josemar Sousa Lima

Raimundo Nonato Lopes Junior

### **Academia Itapecuruense de Ciências, Letras e Artes (AICLA)**

Rua Paulo Bogéa, s/nº - Centro - Itapecuru Mirim / Maranhão

E-mail: casademarianaluz@gmail.com

---

Revista Pergaminho [recurso eletrônico]. / Academia Itapecuruense de Ciências,  
Letras e Artes, v. 2, n. 1, 2022. Itapecuru, MA: AICLA, 2022.

v. 2, n. 1, 74 p.

Semestral

ISSN: 2764-3522 (eletrônica)

1. Pesquisa científica - Periódicos. 2. Ciências. 3. Letras. 4. Artes. I. Academia  
Itapecuruense de Ciências, Letras e Artes. II. Título.

CDU 001.891(812.1)

## EDITORIAL

A tarefa de elaboração do editorial do segundo número da revista Pergaminho, da Academia Itapecuruense de Ciências, Letras e Artes (AICLA) é bastante prazerosa, pois remete a duas situações básicas. A primeira é que, num “mar” de revistas científicas e culturais que surgem periodicamente no país, em um período em que a ciência e a cultura vem sendo tão questionadas, alcançar um segundo número significa ter dado uma boa largada e já ter a possibilidade de percorrer um circuito com todas as dificuldades e perigos que esse percurso exige, especialmente quando essa revista é parte do trabalho de uma academia com pouco tempo de existência e estabelecida em um município do interior do Maranhão.

A segunda situação é estar na condição de editor da revista como mediador dos textos escolhidos pelo corpo editorial para apresentá-los – os textos –, e representá-los – os outros editores. E assim, disponibilizar o material produzido pelos escritores e cientistas colaboradores desse número da revista ao público que tem se associado à AICLA desde a sua fundação e a revista Pergaminho desde o seu lançamento.

Neste número reunimos textos sob a forma de artigos científicos, poema, conto e crônica, além de uma entrevista seguindo a própria lógica da Academia de juntar no mesmo espaço a ciência, as letras e as artes. Os temas dos artigos científicos variam desde a problemática da pesca no rio Itapecuru, que é o principal tema relacionado às questões ambientais no município, passando pela questão da linguística, até alcançar a educação como tema mais trabalhado entre os textos apresentados.

O primeiro artigo trata sobre “A educação pública primária no Maranhão: o período oitocentista a partir do ordenamento jurídico”. No texto, o autor, que também é acadêmico, analisa como a educação pública naquele período funcionou às avessas do seu próprio fundamento que é a socialização do ensino oportunizando a todas as pessoas o acesso à educação. O outro artigo que trata do tema educação e é apresentado na sequência, discute o ensino remoto como alternativa durante o período de pandemia no texto intitulado “Ensino remoto: reflexões sobre o estágio supervisionado em tempos de pandemia”. A autora analisa esse método de ensino a partir da experiência de alunos da licenciatura apontando quais foram as vantagens e as desvantagens encontradas por alunos e professores discutindo, também o que pode ser melhorado para que os alunos possam obter resultados melhores nesse tipo de ensino que estará presente em todas as áreas do ensino mesmo após o retorno do ensino presencial.

O artigo seguinte é uma apresentação da pesca predatória no rio Itapecuru na área geográfica do município de Itapecuru Mirim. O autor mergulha de tal forma na discussão sobre o tema a ponto de se identificar que as águas do rio são dissecadas de um extremo a outro para mostrar o quanto a atuação de pescadores profissionais

e amadores vem acabando com a biodiversidade, que já levou ao quase desaparecimento de espécies importantes tanto econômicas quanto estratégicos para a sobrevivência da vida no rio.

No texto seguinte a temática é a literatura, com o autor estudando “O uirapuru: a literatura infanto-juvenil pelo encanto da música e da poesia”. O texto relaciona o poema de Humberto de Campos com a música de Jacobina (Valdemar Ramos Oliveira) e Murilo Latini e que está baseada no poema para fazer uma relação entre música e poesia demonstrando como o estudo da poesia pode ficar mais interessante quando aliado à música.

No texto “Cinema, alto-falante e jornais de Itapecuru Mirim” o acadêmico Benedito Buzar faz um passeio histórico pelos meios de comunicação de Itapecuru Mirim após a implantação da energia elétrica no município no final da primeira metade do século XX e instalação de veículos que vão do cinema, passando pelos alto-falantes e jornais até a chegada da televisão já no final da década de 1960.

Completam os textos o poema “A ponte” da acadêmica Benedita Azevedo e mais três poemas do poeta José de Mota de Souza e o conto “Sonhos e delírios em Barreirinhas”. E por fim uma entrevista com a escritora, professora aposentada da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), membra da Academia Maranhense de Letras (AML), Ceres Costa Fernandes, encaminhada por Gabriela Santana, faz o encerramento.

### **Itaan de Jesus Pastor Santos**

Prof. Dr. da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Membro da AICLA e do Conselho Editorial da Revista Pergaminho

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

- A educação pública primária no Maranhão: O período oitocentista a partir do ordenamento jurídico**  
Adney Teles .....9
- Pesca predatória no Rio Itapecuru: uma ameaça à biodiversidade no município de Itapecuru Mirim**  
Tiago de Oliveira Ferreira.....19
- Ensino remoto: reflexões sobre o estágio supervisionado em tempos de pandemia**  
Claudiene Diniz da Silva e Andreza Luana da Silva Barros .....27
- O Uirapuru: a literatura infantojuvenil pelo encanto da música e da poesia**  
Cláudia Oliveira Silva Rocha.....41

### POEMAS

#### Benedita Azevedo

- A ponte .....50

#### José de Mota de Souza

- Passagem.....53

- Soneto 7.....54

- Esboço .....55

### CONTO

#### Agnaeldo Águila Viana dos Santos

- Sonhos e delírios em Barreirinhas .....57

### CRÔNICA

#### Benedito Buzar

- Os primeiros veículos de comunicação social em Itapecuru .....61

### ENTREVISTA

#### Gabriela de Santana Oliveira

- Entrevista com Ceres Costa Fernandes .....67







Vol. 2 | nº 1 | Jan-Jun | 2022

## A EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO MARANHÃO: O PERÍODO OITOCENTISTA A PARTIR DO ORDENAMENTO JURÍDICO

**Adney Teles**

Universidade Federal do Maranhão - São Luís-MA, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0705-1946>

E-mail: [adney.teles@discente.ufma.br](mailto:adney.teles@discente.ufma.br)

### RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir a educação pública primária na província maranhense no período oitocentista, a abordagem faz destaque para as leis, estatutos e regimentos, que orientaram e institucionalizaram a educação no Maranhão. Para essa pesquisa usamos como metodologia a revisão bibliográfica, que serviu como base para nortear e desenvolver as ideias do trabalho, assim como levantar os relatórios do acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite, que apresenta o marco temporal da educação no período oitocentista. Por meio dos resultados do estudo foi confirmado que a educação implementada na província maranhense tinha restrições e era embasado no interesse da elite vigente, havia interesses que se concentravam em profissionalizar uma parte da população e excluir outra parte, como foi identificado pela Lei de 1854, Art. 41, § 4º, a qual relatava que a população escravizada era proibida a frequentar a escola ou seja Art. 41, não poderão ser admitidos à matrícula, “os escravos”. A conclusão do artigo põe em evidência quão inadequada era o processo de instituição da educação pública primária que comove o presidente da província e assembleia provincial a discutirem uma jurisprudência que inicia excluindo alguns grupos sociais.

**Palavras-chave:** Instrução primária. Educação pública no Maranhão. Instrumentos Jurídicos.

### PRIMARY PUBLIC EDUCATION IN MARANHÃO: THE NINETEENTH CENTURY FROM THE LEGAL SYSTEM

#### ABSTRACT

*The article discusses primary public education in the province of Maranhão in the nineteenth century, the approach highlights the laws, statutes and regulations that guided and institutionalized education in Maranhão. For this research, we used the bibliographic review as a methodology, which served as a basis to guide and develop the ideas of the work, as well as to raise the reports of the digital collection of the Bene-*

*dito Leite Public Library, which presents the time frame of education in the nineteenth century. Through the results of the study, it was confirmed that the education implemented in the province of Maranhão had records and was based on the interests of the current elite, there were interests that focused on professionalizing a part of the population and excluding another part, as identified by the Law of 1854, Art. 41, § 4, which reported that the enslaved population was prohibited from attending school, that is, Art. 41, "slaves" cannot be admitted to enrollment. The article's conclusion highlights how inadequate the process of instituting public primary education was, which moves the president of the province and the provincial assembly to discuss a jurisprudence that starts by excluding some social groups.*

**Keywords:** *Primary education. Public education in Maranhão. Legal Instruments.*

## 1. INTRODUÇÃO

O passado educacional do Maranhão é um caminho que exige um percurso histórico sobre os fatos que norteiam este nível de ensino na província a partir das leis e decretos imperiais. Neste sentido, a pesquisa visa apontar o conteúdo que emerge de fontes documentais, traços que foram construídos a partir da memória jurídica, visando compreender os princípios que condicionaram a legislação do ensino público maranhense, a pesquisa buscou apontar as principais diretrizes para a construção da implementação da educação na província maranhense.

Segundo Castro (2009, p. 23), mais que um dispositivo, os instrumentos jurídicos possibilitam compreender a dinâmica da cultura educacional da educação maranhense no período oitocentista, o que possibilita identificar as diversas formas de controle do Estado sobre as instituições e as pessoas.

O desenvolvimento deste artigo considera duas partes importante para a análise, primeiramente toma-se como base de estudo uma análise sobre a instrução primária na província maranhense, segundo uma análise dos fatos que implicou no estabelecimento das leis, estatutos e regimentos os quais foram sendo implementados ao longo do marco temporal oitocentista.

Tendo como objetivo analisar a instrução primária no Maranhão provincial, tendo como base as normativas jurídicas, a pesquisa valeu-se de uma análise bibliográfica, concentrando-se em pesquisas documentais como trabalhos acadêmicas, dissertativas, teses e artigo, assim como fazendo uso de informações originárias do acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Compreender o percurso histórico das normativas do ensino primário no Maranhão contribui para o entendimento das relações sociais que eram estabelecidas entre o presidente da província e elite vigente que discorria. Como explica Andrade (1984, p. 50):

Com a universalização de alguns ideais educativos como o direito de todos à Educação, a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, o sistema edu-

cional adquire uma dinâmica própria que o torna mais aberto às influências externas, mas não menos vulnerável aos interesses da classe dominante.

A autora esclarece que o processo de universalização da educação acontecia, materializado na Primeira Reforma de ensino decretada pelo Governo Provisório Republicano, em 1890 (ANDRADE, 1984).

## **2. A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA PROVINCIA DO MARANHÃO: ATOS E FATOS**

Neste estudo, a construção da linha do tempo da educação primária no Maranhão se remete tomando como base o ordenamento jurídico que foi sendo constituído no governo provincial. Buscar compreender esse percurso requer a configuração historiográfica no que se refere a história da educação na província maranhense.

No que concerne à educação em uma dada época considerando os aspectos jurídicos exige uma análise cronológica dos atos e fatos que nortearam as ações do governo provincial. Assim, o resgate de nossa análise perpassa análise no que se refere a cultura escolar que foi protagonizada pelos regulamentos, prescrições e as normas que definiu as atribuições as quais passariam a ser adotadas nas escolas.

Pensar no ensino primário no Maranhão é também colocar em evidencia o apogeu econômico do maranhão no século XIX, que aconteceu com o aumento da produção do açúcar e algodão baseado no trabalho escravo. Este apogeu permitiu aos grandes Senhores enviar seus filhos para estudar na Europa, era costume, considerado um luxo. Logo, esse contexto de privilégios deixou marcas no ensino primário, pois quem recebia esses privilégios estava distante da realidade social da época.

Vale ressaltar que de acordo com Costa (2013, p. 30), “nesse período, a elite cultural letrada do Maranhão era sustentada pela força de trabalho escravo, parcela da população que não tinha sequer o direito de frequentar as escolas primárias da província”.

Outro aspecto que trata a educação primária na província maranhense é que quando foi decretado direitos de educação para todos, surge sob às margens do interesse da elite que era considerada a sociedade de privilégios. Neste sentido, para entender esse processo, segundo Costa (2013), a população de escravo era proibida de frequentar as escolas, conforme regulamento da Instituição Pública de 1854, Art. 41, § 4º.

Art. 41, Não poderão ser admitidos à matrícula.

§ 1º Os menos de 5 anos e maiores de 15

§ 2º Os meninos que padecerem moléstia contagiosa

§ 3º Os que tiverem sido vacinados

§ 4º Os escravos

Esse regulamento vai influenciar a educação primária no Maranhão, pois os reflexos foram experimentados ao longo dos séculos, mesmo que em algum momento essas normas viessem a ser burlada. Assim, a sociedade provincial deleitava-se sob a égide de uma cultura social que era para poucos. O letramento é condicionado a pequenos grupos.

Neste sentido pressupõe-se que se tratando de uma sociedade escravocrata com nítida divisão social, o discurso transcorria na base dos interesses dessa classe que detinha o conhecimento.

Desse modo, importa compreender o ordenamento jurídico da educação primária no Maranhão, certamente, a nossa análise perpassa o sistema de ensino que foi organizado em função dos interesses não apenas de um Estado provincial, mas de uma elite que inaugurava uma forma real de se envolver com a sociedade da época.

### 3. OS DISPOSITIVOS JURÍDICOS NO PERÍODO OITOCENTISTA

Para a construção do referido artigo, a discussão sobre os dispositivos jurídicos perpassa a compreensão histórica e jurídica da educação maranhense, no século XIX.

Nesse cenário educacional, visando atender a lógica da sociedade escravocrata, o Estado provinciano instituiu os instrumentos jurídicos que deram suporte legal à normativas da educação na província maranhense.

Costa (2013) apresenta dados importantes no que se refere a década de 1860, a autora observa que:

A situação do ensino maranhense, em nível nacional, não diferencia muito em relação às outras províncias. O Maranhão, em 1865, atendia a mais de 10% de sua população livre, enquanto São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro atendiam respectivamente 8,5%, 8,3%, 8%. A posição do Maranhão destacava-se dentro do contexto nordestino, cujo atendimento variava de 3% a 7% com exceção de Alagoas, que era mais ou menos igual ao Maranhão. Esta província posicionava-se inferior apenas às do Sul, que devido à imigração, apresentavam um desenvolvimento educacional superior às demais províncias brasileiras. [...] Uma das dificuldades enfrentadas pelo ensino maranhense no período mencionado foi a carência de profissionais com formação específica para a docência. (COSTA, 2013, p. 40)

A educação no Maranhão deu-se sobre o mesmo modelo o qual já estava sendo implementado a nível nacional, que foi estabelecido a partir da promulgação da constituição do Império, sendo que caberia ao governador geral o encargo da instrução pública primária e secundária e como enfatiza Andrade, “Em 1838, e criado e instalado no pavimento térreo do velho convento do Carmo, o Liceu Maranhense, estabelecimento de ensino secundário, que permanece até hoje”. O surgimento dos dispositivos legais que garantia o ensino nessas modalidades, também eram os mesmos que limitava a população pobre e escravizada a participar dessa evolução do ensino público.

Sendo que ao longo do século XIX “a elite cultural letrada do Maranhão era sustentada pelas forças de trabalho escravo, parcela da população que não tinha sequer direito de frequentar as escolas primárias da província” (ANDRADE, 1984).

Durante esse período, os grupos que faziam parte dessa elite empenhavam-se em atribuir às constituições do Brasil independente um caráter categoricamente constitucional, conseqüentemente o processo de ensino, a educação primária era constituída sob esses princípios.

As fontes memorialísticas permitem compreender que através do regulamento da Instrução Publica de 2 de fevereiro de 1954, “o governo provincial torna o ensino primário obrigatório” (COSTA, 2013). Cabe destacar que somente o presidente provincial poderia autorizar a abertura de escolas privadas.

Segundo Costa (2013) através da elaboração das leis e regulamentos, observa-se uma preocupação e estabelecer a obrigatoriedade da educação. Para a elite era importante a política de inclusão escolar, pois era um fazer que refletia no processo de civilização.

De acordo com Branco (2019 p. 54):

Na província do Maranhão, com base nas leituras dos Relatórios dos Presidentes de 1840, 1850 e 1860, fica evidente o debate em torno da instrução pública, principalmente das massas incultas. Embora os governantes não soubessem as reais condições dos serviços públicos da província, elaboravam relatórios com o objetivo de solucionar os problemas das coisas “ditas” públicas, e na maioria dos casos a solução era legislar sobre o assunto.

Há, entretanto, algumas decisões que devem ser destacadas a partir desses relatórios, a instrução voltada principalmente para as massas incultas. Torna-se importante buscar entender quem eram essas massas incultas e como eram a forma de sobrevivência dessas massas. Essas massas incultas estavam inseridas em várias atividades econômicas, era a força de trabalho que movimentava a economia da época.

Havia um abismo entre as políticas educacionais e essa população inculta. A elite que centralizava as decisões com hábitos e práticas urbanas era centralizadora de poder e o processo educacional acontecia em um período da economia agroexportadora, então a quem interessava escolarizar o homem e a mulher escravizada que era uma parcela significativa da sociedade inculta. Esta mesma população que possibilita o aumento da riqueza. Logo, a instrução para o ensino primário no Maranhão ganhou base, mas com limitações que causaria grandes sequelas para as futuras gerações.

Dando continuidade à análise, Branco (2019) apud Monarcha (2016, p. 26) discorre que:

No código de estruturação jurídico-política do Estado Nacional, as preocupações com o ensino clausulavam o “direito do cidadão à gratuidade da instrução primária”, ousadia para a época. De fato, o artigo 179 estipula a

inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros — a liberdade, a segurança individual e a propriedade, além de garantir instrução primária gratuita a todos, ademais previa-se a instalação de colégios e universidades para o ensino de “elementos das ciências, belas-letas e artes”.

Na citação anterior fica evidente que se criava um cenário jurídico que possibilitava a classes mais abastardas ter acesso ao ensino primário, então a “educação primária era dada como o remédio que curaria os males que afetavam as províncias ao longo do século XIX” (BRANCO, 2019, p. 60).

Entretanto, em meados do século XIX, a educação maranhense ganhou espaço no campo privado, o que gerou privilégios para as classes mais elevadas. Situação que permite pensar nos grupos menos favorecidos, os grupos escravizados que tiveram dificuldades em ser escolarizados, devido tanto às políticas da época quanto as limitações que os mesmos tinham em participar do sistema de ensino.

No ano de 1835, segundo Branco (2019), por meio da lei de 30 de abril, ocorreu a fundação da biblioteca pública, instituição importante voltada para a formação dos estudantes.

Muitos dos estudos que descrevem a educação no maranhão neste período apontam que no século XIX a província do Maranhão era uma das mais ricas do país o que implicou na criação de diversas escolas na província, como descreve Branco (2019, p. 63) “O Maranhão oitocentista é caracterizado no campo educacional por uma “explosão” de escolas criadas para atender às necessidades de ensinar as primeiras letras para toda a população”.

A autora cita Faria Filho (2003 p. 178), enfatizando que: Quando ele conclui que a escola elementar pública do século XIX “foi essencialmente destinada a crianças pobres, negras e mestiças” e que “as crianças das famílias abastadas brancas buscavam meios próprios de educação de seus filhos”.

Esta assertiva explica o surgimento na mesma época das escolas privadas que tinham uma estrutura mais favorável para o estabelecimento da educação dos filhos das famílias com maior poder aquisitivo. Fato que contribui para a reflexão de se pensar já no Estado do Maranhão provincial, um distanciamento do processo educacional que viesse de fato está pautado na inclusão social o que configura uma herança das relações sociais provinciana que se deu em meados do século XIX e teve respaldo jurídico.

Fato discutido por Branco (2019, p. 64) apud Ribeiro (2010, p. 46), onde “a organização escolar, nesse contexto, é atingida não só pelas críticas às deficiências constatadas como também pela proposição e até decretação de reforma”.

Dando continuidade, torna-se importante compreender a historiografia maranhense que foi construída com base na perspectiva da elite (Branco, 2019), a qual

tem reflexos sobre o processo de organização do ensino primário no Maranhão provincial contribuindo para o entendimento dos fragmentos e incerteza da educação primária no Maranhão provincial.

Então, movimentos como a Balaiada, como destaca Branco (2019): Os “balaios”, como eram conhecidos os adeptos desse movimento, eram considerados pelo poder local um bando de facínoras, sanguinários rebeldes, verdadeiros bandidos, que assustavam e ameaçavam a tranquilidade da província.

Esse pensamento dominante na sociedade maranhense refletiu nas ideias que estavam sendo construída para o estabelecimento do ensino primário no Maranhão, pois na medida em que acontecia insurreição de movimentos como a balaiada, os governos provinciais estavam dispostos a manter a ordem a qualquer custo, conforme afirma Branco (2019, p. 71) apud Maranhão (1845, p. 4):

De acordo com a fala do presidente Ângelo Carlos Muniz, datada de 3 de maio de 1845, podemos entender que a população pobre e analfabeta era o sujeito ideal para promover a perturbação da ordem. Assim, afirmam que um ingrediente no combate à situação seria promover, conjuntamente, a ilustração e a moralidade: “a lembrança das feridas ainda abertas por ocasião das passadas desordens, não posso, porém, ocultar-vos que o nosso povo não tem adquirido aquele grau de ilustração e moralidade que é para desejar-se”.

Com base na citação acima, a educação primária mantida pelo governo provincial no Maranhão, tinha como base de implementação os interesses das classes mais abastardas, sendo o “sujeito pobre” tendencioso a praticar a desordem, o que nos intriga a questionar o formato de ensino para esta classe.

Na ordem da interpretação, complementa Branco (2019), mostrando que:

Esse discurso nos revela que essa é uma opinião que traz implícita a mensagem de que a educação seria a salvadora de todos, em que o caráter reducionista aplicado à educação como panaceia está presente. Ou seja, este tipo de estratégia discursiva demonstra que a elite maranhense estava atenta à necessidade de que os ares do Iluminismo, da racionalidade emergente no século XIX, também penetrassem o ambiente local, influenciando no processo tido como civilizador e racionalizador das relações sociais e culturais.

Sendo, as relações sociais construídas com base na ideia de se formar uma sociedade civilizada sob o controle provincial o que demonstra que a educação nascente tinha sua amplitude em normas e leis construídas pelo governo provincial as quais refletiam o interesse de grupos.

Então, ao analisarmos as concepções discursivas, observando as estratégias e os conteúdos no que se refere a estrutura de implementação da educação primária na província Maranhense, foi observado uma linguagem moral e civilizatória as quais estavam direcionadas às classes trabalhadora, assim como o domínio sobre esta categoria.

Dando continuidade, no que se refere aos dispositivos legais por meio do livro de Castro (2009) foi possível identificar leis, regulamentos e estatutos, observando ainda maior incidência de Leis no ano de 1870. As leis eram sancionadas pelo presidente da província do Maranhão designando autoridade para a Assembleia Legislativa do Maranhão, como destaca Bottentuit (2016, p. 14):

A lei 920 de 21 de julho de 1870, que foi sancionada pelo presidente da província do Maranhão, José da Silva Maia, o qual foi autorizada pela Assembleia Legislativa provincial, a reformar o regulamento da Instrução pública, se convertendo o Liceu em internato, o ensino tornando-se obrigatório e a criação das aulas noturnas para adultos na capital, nas cidades de Caxias, Alcântara, Viana e Itapecuru Mirim.

O autor ainda enfatiza que as décadas de 60 e 70 foram as que receberam maior emissão de leis (Bottentuit, 2016, p. 14), sendo 57 para a primeira década e 43 para a segunda.

Os dispositivos legais contribuem para o entendimento da dinâmica, o cotidiano e cultura escolar maranhense, possibilitando a interpretação das diversas decisões que foram tomadas ao longo do período oitocentos.

Como esclarece Bottentuit (2016) apud Castro (2009): “se por um lado as leis demarcam a ação do governo provincial; os regulamentos, além de conter esse aspecto, revelam também o funcionamento da educação e das instituições escolares”.

Os desdobramentos no estudo dessas leis, neste artigo pode ser apontado como de sua importância para o entendimento das forças que concentraram o estabelecimento de uma educação mais concentradora e voltada para interesses políticos e econômicos, podendo ser refletivo também pouco avanço no trato social, como destaca Ramos (2017, p. 11): “A Revista de Instrução e Educação, publicada aos sábados pela tipografia de José Maria Correia de Frias, tinha como principal objetivo difundir instrução e plano de conduta às classes desfavorecidas.” O plano de conduta em muitas situações estava distante da realidade social dos desfavorecidos.

No que concerne aos regulamentos, Castro (2009, p. 22) faz uma reflexão muito importante e que subsidia as reflexões construídas neste artigo, como segue:

Em que é importante os regulamentos, por sua vez, como dispositivos disciplinares do ensino, revelam as diversas formas de controle do Estado sobre as pessoas e as instituições. Outro aspecto decorrente desses dispositivos é a constância de alterações sobre as concepções, métodos e conteúdos escolares que nos parece virem ao encontro das demandas sociais, econômicas, históricas e políticas da sociedade local e das constantes reformas nacionais de educação.

Certamente, o estado provinciano maranhense no tocante ao processo de inclusão social, fez acontecer a instrução do ensino primário seguindo as normas que eram impostas por uma sociedade que surgia pautada no trabalho escravo, o que nos move a questionar a sistemática que era conduzido pelo ensino primário nas escolas do Maranhão e o modelo de escola implementado no Estado.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo o que foi descrito neste artigo, cumpre apontar aspectos importante que revelam as contradições nos atos e leis que instituíram e regulamentaram a instrução primária no Maranhão, o que devem ser discutidos como objeto que necessita de uma investigação mais densa. Dentre as situações a serem apontadas temos ao mesmo tempo que a sociedade maranhense estava no auge do crescimento econômico e desenvolvimento o que exigiu também propostas de educação que refletisse as tendências da época, sendo que o funcionamento das escolas estava pautado nessa ordem social, os valores e interesses dos grupos mais abastados foram influenciando essas leis.

Neste artigo buscou-se evidenciar a relação da instrução pública da educação primária no Maranhão e as leis, regimento e estatutos que originaram as diretrizes para a construção de escola e organização da mesma na província Maranhense, visando identificar quais interesses sobressaltaram todo esse processo, visto que as escolas em sua estrutura passaram a refletir tendências diferentes dos objetivos de formar um povo e considerar as peculiaridades do grupo, havia uma relação muito próxima do seu campo de ação com as exigências e aspirações do estado provincial. Fato que conseqüentemente comprometeu todo o processo de ensino ao longo da história da educação.

Diante do contexto, percebe-se que os estudos pautados na instrução primária da educação no Maranhão, na medida em que alcança ganhos no campo da literatura, da formação humana, foi se tornando viciada em uma linguagem que não considerou as demandas de determinado grupo como os homens e mulheres escravizados, no artigo foi citado Art. 41, § 4º de 1854, os escravos não poderiam ser admitidos à matrícula, “os escravos”, essa estratégia teve grandes reflexos para essa população. Sendo um ato jurídico gerou diversas conseqüências sociais e humana, primeiramente é Lei, segundo se estende para uma massa que posteriormente iria sofrer os reflexos dessa desigualdade tão proeminente desses atos e geraria para as futuras gerações um processo de exclusão irreparável.

#### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Beatriz Martins. **O discurso educacional do Maranhão na primeira República**. São Luis: UFMA, 1984.

CASTRO, César A. **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889 (org)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

COSTA, Odaléia Alves da. **O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BOTTENTUIT, Aldimar Martins et al. **Os discursos dos presidentes da província sobre a instrução pública primária no Maranhão Império no período de 1870 a 1889**. 2016.

RAMOS, Danielle de Cássia Afonso. **Revista de Instrução e Educação: um olhar sobre a instrução pública e a educação no Maranhão do século XIX.** 2017.

BRANCO, Joseilma Lima Coelho Castelo. **Instrução Pública: história da escola primária no Maranhão oitocentista (1834-1889).** 2019.

MARANHÃO. Relatório que recitou o Exmo. **Vice-presidente da Província do Maranhão Ângelo Carlos Moniz à Assembléia Legislativa Provincial na sessão do dia 3 de maio de 1845.** Maranhão: Tipografia Maranhense, 1845.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Instrução Elementar no século XIX.** In. LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MONARCHA, Carlos. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil - séculos XIX e XX),** Uberlândia: EDUFU, 2016.



## PESCA PREDATÓRIA NO RIO ITAPECURU: UMA AMEAÇA À BIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE ITAPECURU-MIRIM

**Tiago de Oliveira Ferreira**

Universidade Estadual do Maranhão - São Luís-MA, Brasil

E-mail: tiagouemanet2018@gmail.com

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo explicar as principais práticas danosas, quanto a temática da pesca praticada nas águas do rio Itapecuru, dentro dos limites do município de Itapecuru Mirim. Abordando desde os aspectos geográficos de toda a bacia, como os principais igarapés, que fazem parte da área geográfica delimitada. Nesse contexto ressalta-se as consequências e as possíveis soluções para amenizar tão desastrosa ação, que é a perda de tanta biodiversidade.

**Palavras-chave:** Itapecuru; Pesca; Rio;

### PREDATORY FISHING IN THE ITAPECURU RIVER: A THREAT TO BIODIVERSITY IN THE MUNICIPALITY OF ITAPECURU-MIRIM

#### ABSTRACT

*This article seeks to explain the main harmful practices, regarding the theme of fishing practiced in the waters of the river Itapecuru, within the limits of the municipality of Itapecuru Mirim. Approaching from the geographical aspects of the entire basin, such as the main streams, which are part of the delimited geographical area. In this context, the consequences and possible solutions are highlighted to alleviate such disastrous, which is the loss of so much biodiversity*

**Keywords:** Itapecuru; Fishing; Fish;

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, necessariamente, será enfatizado a parte específica do município de Itapecuru-Mirim, que possui algo em torno de 40km de curso d'água do Itapecuru. Num perímetro, que fica compreendido entre a foz do Igarapé Jundiá e a foz do Ipiranga, onde ocorre os principais tipos de pesca predatória, que serão abordados neste artigo.

Antes é necessário trazer a lume algumas informações sobre a bacia do Itapecuru. Esta possui aproximadamente 54.970 km<sup>2</sup> e uma extensão de mais de 1.050 km de comprimento. O Itapecuru é o maior rio, em extensão do Maranhão e o terceiro maior do Nordeste, atrás apenas do São Francisco e Parnaíba, sua nascente está localizada na região sul do Maranhão no município de Mirador (dentro do Parque Estadual do Mirador, que foi criado pelo Decreto Governamental nº 7.641, de 4 junho de 1980 no Governo de João Castelo, cuja área aproximada é de 500 mil hectares) num conjunto de serras formado pela Crueira, Itapecuru e Alpercatas numa elevação, que fica a 530m de altitude. De acordo com Oliveira (2016, p. 21): “sua foz está localizada na região norte, no município de Rosário, onde as águas são lançadas na baía do Arraial a sudeste da Ilha de São Luís, por dois braços denominados Tucha e Mojó”.

Inicialmente seu curso segue a direção oeste-leste, após uns 50 km de curso segue na direção da confluência com o Alpercatas no município de Colinas. Para, Oliveira (2016, p. 22): “após receber as águas do Alpercatas segue no sentido nordeste, mantendo este sentido, até a foz do Correntes, a partir deste lugar, muda o curso para o noroeste, vagueando até Caxias, quando vai manter a direção sul-norte até a sua foz”.

A sua bacia como acontece com todos os grandes rios recebe vários cursos d’água, sobre este assunto ao contrário de apenas citar nome, trarei algumas informações sobre estes afluentes retiradas do MAPA POLÍTICO DO ESTADO DO MARANHÃO (IBGE, JAN. 2010), corroboradas com visitas nestes locais, além de outras literaturas, como Marques (2008) e Oliveira (2016, p. 23).

Igarapé do Ipiranga nasce no povoado Santa Rita, no município de Itapecuru-Mirim, deságua na margem direita do Itapecuru, após percorrer aproximadamente 30 km.

Igarapé Itapecuruzinho nasce nas proximidades do Povoado São Sebastião em Itapecuru-Mirim e deságua na margem direita do Itapecuru, nas proximidades do povoado Barriguda no mesmo município, após percorrer algo em torno de 16 km.

Igarapé Riachão nasce nas proximidades do povoado Cajueiro no município de Itapecuru-Mirim e após percorrer mais de 20 km deságua na margem direita do Itapecuru.

Todos estes igarapés citados já foram muito ricos em peixes e suas matas abrigavam grande variedade de vida, além de funcionarem como um grande sistema de captação de água para o rio Itapecuru, porém se encontram tão ameaçado quanto o mesmo; pois enfrenta os mesmos problemas. Uma das funções dos afluentes é irrigar o rio continuamente e com a morte destes, o rio já não consegue mais manter o seu volume de água, por isso para salvar o Itapecuru deve-se salvar também os seus afluentes.

Sobre os peixes, inicialmente, é necessário enfatizar a quase extinção de dois peixinhos, a Pataca (*Tetragonopterus argenteus* - Cuvier, 1816) e a Pititinga (*Engraulis encrasiocolus*), que habitam essencialmente o leito do rio só sendo encontrados em seus igarapés próximo da foz dos mesmos e durante as cheias. Estes peixes de pe-

queno porte são fundamentais para a vida existir no rio, por habitarem a região que chamamos de flor d'água se alimentam de quase tudo que cai na água, tais como: insetos, larvas, matérias em decomposição e por isso servirão de alimento para os peixes maiores e para as garças, socós, martins – pescadores etc.

Por isso, o desaparecimento de tais indivíduos trará consequências irreversíveis ao ambiente em foco. Para minha pessoa falar dos peixes do Itapecuru e manter o distanciamento necessário de autor, foi impossível, pois por vezes fiz minhas refeições embaixo de árvores na sua margem, servindo-me de toda a sua variedade e apreciando o sabor do melhor peixe do Maranhão e ver que atualmente os poucos que ainda são capturados sequer podem ser ingeridos devido ao gosto ruim da poluição que já entranhou em sua carne.

Outras espécies, que já foram comuns e abundantes nas águas do Itapecuru, que são, a saber: Curimatá, Piranha Branca (Pirambeba), Caranbanja e Sarapó. Contudo, a população de peixes não só das espécies acima como de todas está seriamente ameaçadas de extinção no rio, sendo que outras já foram extintas, por várias razões uma delas é que os verdadeiros donos da ribeira do Itapecuru não povoam mais suas margens, e se o rio Itapecuru ainda fosse cercado de aldeias talvez sua realidade fosse outra. Principalmente, no que se refere à população de peixes seria mais abundante em virtude da consciência ecológica dos indígenas, que exerciam a atividade pesqueira apenas com o intuito de prover o seu sustento, sem objetivar lucro, já que, estes não comercializavam o mesmo e capturavam os que estavam propícios para a sua alimentação. Veja o que diz César Marques em seu - Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão:

Em 14 de setembro de 1869 foi pescado com muita dificuldade um grande peixe chamado Espadarte (*Pristis perotteti*), na volta do *Curimatá*, no lugar denominado *Croeiras*, perto da *Vila do Rosário*, para onde foi conduzido e aí retalhado. Tinha 28 palmos de comprimento da cauda a ponta da espada e 12 de largura. Admirava o ser conduzido n'água doce, e longe da foz d'este rio (MARQUES, 2008, p. 670)

Este fato vem mostrar o nível de preservação em que ainda se encontrava o rio, no final do século XIX e início do XX. É claro que o sumiço dos índios da ribeira em tela não o único motivo da extinção dos peixes do dito Rio. Já que, os relatos de pescadores ribeirinhos e alguns textos históricos dão conta de uma grande variedade e abundância de peixes vivendo em suas águas, mesmo até meados das décadas de 50, 60, 70 e até 80 do século XX, momento que a população ribeirinha aumentou drasticamente nas suas margens sem planejamento, levando a um crescimento desordenado das cidades e um consumo vertiginoso dos seus recursos, tais como: caças, água, terras, madeiras além do impacto gigantesco na quantidade e variedades dos peixes do Itapecuru.

Veja esta crônica: Sexta Feira, 23 de janeiro de 1963 - Página 3. Correio do Nordeste. Crônica de Zuzu C. Nahuz - A Enchente de 19924.

Como me recordo de março de 1924, quando o Rio Itapecuru teve uma de suas maiores enchentes. As águas subiram assustadoramente tomando conta da estação da Estrada de Ferro e, ao lado da Cidade de Itapecuru até a Rua do Egito. Num domingo a tarde, papai resolveu levar seus familiares para um passeio de canoa, sob o comando do remador Vitor Almeida. Saimos as três horas da tarde e como me lembro da hora em que passamos dentro da estação do trem e que papai levantou a mão tocando a sineta.

Depois, viemos sobre as águas pela linha do bonde puxado a burros e ao chegarmos próximo a casinha do mencionado veiculo, uma caçoeira impediu nossa passagem obrigado-nos a fazer uma volta muito grande para regressarmos a nossa casa. Nessa mesma noite fomos a residência do Coronel Climaco Bandeira de Melo assistir uma pescaria de caniço e anzol, no próprio quintal daquele saudoso politico.

O velho Rodolfo pegou nessa noite muitos mandubés, mandis, anojados, curimatás, piaus, branquinhas e surubins. Nesse tempo, o Rio Itapecuru era muito piscoso e meu pai tinha duas redes de pescaria e quando voltavam do **Igarapé do Jundiá**, a varanda de nossa casa ficava lastrada de peixes de toda as qualidades. Uma cambada de mandubés que era o melhor peixe da época, custava dois mil reis e as piranhas, sarapós, tubis e os cascudos, meu genitor dava a pobreza. O peixe era tão abundante que dezenas de homens e mulheres o salgavam, para vender para Anajatuba e Vargem Grande. Dizem que as maiores enchentes do Rio Itapecuru foram em 1917 e 1924, quando a cidade foi transformada em calamidade pública.

Sobre o tema acima, moradores da cidade de Itapecuru Mirim contam que os pescadores traziam muitos peixes do igarapé Jundiá até meados da década de 80 do século XX, e que quando chegavam com as canoas anunciavam a sua chegada com um berrante e nos serviços de alto-falantes, que existiam na cidade, atualmente este fato só existe na lembrança.

Ligado a tudo isso temos, atualmente, outro grande problema que é a falta de consciência da sociedade e, principalmente, das entidades públicas, que não exercem sua função disciplinadora e reguladora, sobre as questões ambientais. Os relatos dos pescadores e documentos antigos mostram que infelizmente muitas espécies já foram extintas e as que ainda existem estão em número reduzido e não conseguem atingir o seu tamanho ideal para o consumo, já que, são capturadas prematuramente, por redes que possuem malhas cada vez menores e tantos outros métodos predatórios.

## 2. PESCA PREDATÓRIA NO ITAPECURU

Um dos principais motivos para a diminuição do número de peixes no bioma em foco é a pesca predatória, que acontece durante todo ano. Contudo, o período mais crítico é a desova (piracema), que coincide com a época da cheia do rio, pois, é nesta época que os peixes procuram os igarapés e a cabeceira do rio para a desova.

Garantindo assim, a criação de novos indivíduos. As principais formas de predação estão elencadas, abaixo:

### **Redes de remanso**

A margem do rio é constituída por pequenas enseadas, que faz com que o curso da água forme pequenos remansos (local onde a água parece não se movimentar), nestes lugares os pescadores costumam colocar suas redes à espera dos peixes, que utilizam a mansidão destas águas ou para subir o rio com maior facilidade ou para se alimentar, reproduzir e descansar por alguns períodos, tornando-se assim presas fáceis das redes de pesca (malhadeiras) com suas malhas cada vez menores. Quando eles não vão sozinhos são forçados a ir pelas batidas nas coivaras, que geralmente existem nestes locais e servem de proteção para os peixes.

### **Redes nas desembocaduras dos igarapés durante a piracema (cheias)**

Até a década de 80 do século XX era muito comum um tipo de pesca muito agressiva a reprodução dos peixes, que era conhecida como Rede de Rabo, neste caso era utilizada uma imensa rede com formato de um saco de coar café, similar a uma tarrafa, que era colocada na desembocadura dos maiores igarapés (afluentes do rio Itapecuru), para capturar os peixes que desciam das nascentes dos igarapés após a desova e como a malha era pequena, até mesmo os impróprios para a comercialização eram mortos. Este tipo de pesca impedia os peixes de retornar ao leito do rio. Segundo relatos do Pescador Raimundo Nonato Alves de cinquenta e nove (59) anos, Raimundo Ferreira Muniz de sessenta e quatro (64) anos, Raimundo de Assis já falecido, que pescaram por vários anos com este tipo de rede, elas também eram utilizadas durante a estiagem no leito do rio para capturar peixes nos pulsões ou lajeiros (formações rochosas muito comuns nos trechos próximos a foz do rio, que são constituídos principalmente de material sedimentar).

Atualmente, o tipo mais comum são as chamadas malhadeiras, redes de náilon, que também são colocadas nas desembocaduras (foz) dos igarapés e nos seus banhados (áreas alagadas por eles) durante as cheias impedindo que os peixes procriem, soma-se a isso a pesca com anzóis, barragens irregulares etc. formando um conjunto de fatores nocivos ao bioma em tela.

### **Tapagens nos igarapés**

Além das redes supracitadas e os anzóis os peixes enfrentam outro grave problema são as chamadas tapagens, métodos artesanais de pesca, provavelmente herdado dos indígenas e assimilado pelos pescadores. Este método consiste em literalmente tapar o leito dos igarapés com palhas de babaçus de uma margem a outra logo nas primeiras cheias impedindo os peixes até mesmo subirem, este sistema faz com que a água forme uma pequena represa, neste momento são feitos orifícios

(buracos) nas paredes das tapagens onde são colocados jequis (instrumentos com formato de funil feitos da tala do babaçu entrelaçado por cipó) por onde água passa, os mesmos funcionam como um filtro impedindo assim a passagem dos peixes.

Como as tapagens formam represas acima delas, a água passa pelos jequis com certa força, matando assim geralmente todos os peixes, que são aprisionados, tanto os que estão próprios para o consumo, como os impróprios, quem visitar um desses locais terá a ingrata oportunidade de visualizar grande quantidade de alevinos de todas as espécies possíveis, mortos.

### **Pesca de açoite (batida)**

Estas acontecem durante as marés a partir do Povoado Barriguda seguindo até a foz do rio, porque é praticada principalmente durante a maré, pois, esta comunidade ribeirinha pertencente ao município de Itapecuru-Mirim, está situada a menos de duzentos (200) quilômetros da foz do Itapecuru. Tal, proximidade permite que a força das marés inverta a corrente natural do mesmo, que ocorre do Sul para o Norte. Contudo, só ocorre nos meses da estiagem. Esta prática consiste em colocar as redes no instante em que as águas estão paradas. Os pescadores armam as redes, que por vezes margeiam o rio de lado a lado, e descem suas águas ficando a aproximadamente duzentos (200) metros das redes e em seguida começam bater na água com pedras, remos, varas e nados assustando os peixes, induzindo os mesmos a se dirigirem ao encontro das temidas malhadeiras, para os peixes um espetáculo de horrores; presenciei algumas vezes e até mesmo pratiquei, e infelizmente visualizei até o uso de foguetes na água.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para amenizar os casos acima temos programas como o Seguro Defeso do Governo Federal que garante o pagamento de quatro salários-mínimos aos pescadores cadastrados no programa durante a época de reprodução dos peixes (piracema) e que são de responsabilidade das colônias de pescadores fiscalizarem, mas que não funciona como devia. Pois, pela essência, os pescadores cadastrados deveriam atuar como fiscais no período da desova dos peixes e caso praticassem a pesca, que fosse apenas, em quantidades mínimas e se ela fosse ilegal deveriam ter os seus benefícios cancelados. Contudo, o que ocorre na prática é que existem pessoas cadastradas sem terem um único vínculo com as atividades pesqueiras, além do fato de, praticamente todas as beneficiadas, continuarem a manter a pescaria durante este período e o pior é que, a mesma ocorre de maneira predatória, tudo isso atrelado à falta de fiscalização por meio das colônias, Ministério Público, IBAMA, Secretarias Municipais e Estaduais de Meio Ambiente e pescadores que não respeitam o defeso e todo o tipo de descaso possível para com o rio; como exemplo temos a colônia de pescadores de Itapecuru-Mirim Z40 que foi fundada em 31 de maio de 1949 e atualmente conta com mil e duzentos (1.200) associados (até a conclusão deste texto, em dezembro de



2014), sendo que setecentos (700) já possuem sua carteira e recebem o benefício e os outros quinhentos (500) ainda estão no aguardo da mesma. Fazendo um parâmetro de como seria fundamental termos pescadores conscientes, vamos fazer um cálculo aproximado de quantos pescadores associados existem na bacia do Itapecuru, tomando como base este município e apenas as que são ribeirinhas ao rio. Contando, com municípios ribeirinhos e outros, que apenas fazem parte da bacia do Itapecuru, por serem cortadas por seus afluentes e por isso ter suas águas drenadas pelo outro ra “Jardim do Maranhão” (codinome do rio Itapecuru), somam mais de cinquenta (50). Multiplicando este número apenas por mil (1.000) teríamos algo entorno de cinquenta mil (50.000) fiscais permanentes do belo rio, agora imagine o impacto positivo que uma ação conjunta de tamanha população faria pelo rio.

Entretanto, não há de fato uma campanha de esclarecimento e conscientização sobre a finalidade do programa que é a proteção dos peixes no seu momento mais vulnerável. Muitos associados sequer são pescadores, sem contar no indício da existência de pescadores fantasmas e até mesmo aqueles que são cadastrados por trocas de favores eleitorais.

Outros problemas ambientais, só corroboram com o descaso, pois, tão necessário quanto preocupante para a preservação da biodiversidade deste rio é o projeto, que se desenvolve no povoado Areias, no município de Santa Rita. Desde a segunda metade dos anos 90 do século XX, que teve como precursor um senhor conhecido popularmente como João Tambaqui. Ele foi o responsável por toda esta expansão da piscicultura de peixes da bacia Amazônica em toda esta parte do Maranhão; vale salutar, que no povoado em tela, várias pessoas, que trabalharam com o mesmo também já constituíram suas próprias pisciculturas, para criação das matrizes de tambaquis e posteriormente desenvolvimento dos alevinos, neste processo retirando água do rio é claro. O benefício fica por parte da geração de renda para a região e a produção do alimento mais saudável que é a carne de peixe, para grande parte da população maranhense e até mesmo cidades do Piauí e Tocantins, que compram alevinos daquela região.

Os pontos negativos ficam por parte da devastação da mata ciliar para dar lugar aos tanques, o desvio de alguns cursos d'águas, ou seja, alguns igarapés são transformados em barragens para acumular água durante o período da estiagem impedindo alguns peixes de fazerem este trajeto durante a piracema, além de não permitir, que à água faça o seu curso natural; porém, talvez o mais preocupante é a inserção de novas espécies de peixes (tambaquis, pirarucus e tilápias) nas águas do Itapecuru, que vem acontecendo principalmente pelo rompimento de barragens onde as matrizes ficam alojadas e até mesmo durante a limpeza dos tanques, pois, os mesmos estão sempre perto de algum curso d'água ligado ao rio. Estas espécies invasoras já são constantemente capturadas por pescadores e por não fazerem parte deste bioma representam

uma grave ameaça, pois, não possuem predadores naturais além de poder se tornar, numa ameaça gigantesca para as poucas espécies, que ainda resistem.

## REFERÊNCIAS

CÉSAR, Marques Augusto. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. / César Augusto Marques; notas e apuração textual de Jomar Moraes. 3ª ed. São Luís: Edições, AML, 2008.

NAHUZ. Zuzu C. Correio do Nordeste. 23 de janeiro de 1963 - Página 3.

MAPA POLÍTICO DO ESTADO DO MARANHÃO (IBGE, JAN. 2010).



## ENSINO REMOTO: REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM TEMPOS DE PANDEMIA

**Claudiene Diniz da Silva**

Universidade Estadual do Maranhão - São Luís-MA, Brasil

E-mail: claudiennediniz@gmail.com

**Andreza Luana da Silva Barros**

Universidade Federal do Maranhão - São Luís-MA, Brasil

E-mail: andrezaluaana@hotmail.com

### RESUMO

Em meio ao cenário pandêmico causado pela COVID-19 e a obrigatoriedade de distanciamento social, a educação passou por adaptações emergenciais e foi necessária a implantação do ensino remoto. Essa readaptação afetou todos os níveis de ensino, incluindo os cursos de graduação, com destaque para as disciplinas de estágio supervisionado dos cursos de licenciatura. Neste estudo, objetivou-se mostrar a vivência do Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental em Língua Portuguesa realizado de forma remota pelos acadêmicos do 7º período do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão, campus Zé Doca. Utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, subsidiada pelos autores Buriolla (2003), Corrêa (2018), Rojo (2017), Brito (2020), Ribeiro (2020), entre outros e pesquisa de campo, realizada por meio de questionário, aplicado de forma virtual, por meio do *Google Forms*. Os dados mostraram pontos positivos e negativos do estágio no ensino remoto, tais como, domínio de novas tecnologias e metodologias de ensino e falta de recursos tecnológicos e conexão de qualidade, respectivamente. A realização do estágio em meio a pandemia foi uma experiência desafiadora para os estagiários, no entanto, gerou aprendizagem e desencadeou muitas reflexões sobre questões como a frequência, seja na forma de avaliar e principalmente, na forma de considerar os fatores externos que estão envolvidos no processo de aprendizagem

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado; Tecnologia; COVID-19, Ensino Remoto.

### REMOTE TEACHING: REFLECTIONS ON THE SUPERVISED INTERNSHIP IN PANDEMIC TIMES

#### ABSTRACT

*In the midst of the pandemic scenario caused by COVID-19 and the mandatory social distance, education underwent emergency adaptations and it was necessary to implement remote teaching. This readaptation affected all levels of education, including undergraduate courses, with emphasis on supervised internship disciplines in un-*

*dergraduate courses. In this study, the objective was to show the experience of the Supervised Internship in Elementary School in Portuguese, carried out remotely by academics of the 7th period of the Language Course at the State University of Maranhão, Zé Doca campus. Bibliographic research was used as methodological procedures, subsidized by the authors Buriolla (2003), Corrêa (2018), Rojo (2017), Brito (2020), Ribeiro (2020), among others and field research, carried out through a questionnaire, applied virtually, through Google Forms. The data showed positive and negative points of the internship in remote teaching, such as mastery of new technologies and teaching methodologies and lack of technological resources and quality connection, respectively. The internship in the midst of the pandemic was a challenging experience for the interns, however, it generated learning and triggered many reflections on issues such as frequency, whether in the way of evaluating and mainly, in the way of considering the external factors that are involved in the learning process.*

**Keywords:** *Supervised internship; Technology; COVID-19, Remote Teaching.*

## 1. INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – nº 9394/96, determina a obrigatoriedade do estágio supervisionado nos cursos de licenciaturas. Considerando a LDB e outras resoluções, o cumprimento do estágio supervisionado consiste em uma etapa determinante e obrigatória para que o graduando finalize sua vida acadêmica e esteja preparado para sua vida profissional que está por vir. Portanto, ele estará diante de um ambiente que o oportuniza ao pensamento crítico e reflexivo.

O estágio curricular desde que foi oficialmente instituído em nosso país por meio do Parecer do Conselho Federal de Educação 292/62 vem sendo cumprido nas escolas de forma presencial. Mas, em 2020, um processo de adequação foi necessário, pois o mundo foi acometido pela Covid-19. Devido a proliferação, a Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020, declarou que o mundo vivia uma pandemia e orientou, com o intuito de evitar a propagação do vírus, que todos os países afetados pela doença decretassem normativas para isolamento social. O impacto do vírus foi tão grande que passados 10 meses desde o anúncio, já tinham sido registrados 1.979.507 óbitos em decorrência da COVID-19 pelo mundo (WHO, 2020).

Nesse contexto, escolas e universidades suspenderam suas aulas. Como alternativa para que as aulas pudessem continuar, o Ministério da Educação recomendou a modalidade de ensino remoto. Assim, os estágios supervisionados tiveram que se adequar a essa nova modalidade emergencial. A sala de aula que os estagiários se fariam presentes foi substituída pela tela de seus celulares e computadores, meio pelo qual eles tiveram que cumprir o estágio obrigatório supervisionado.

Este estudo tem como objetivo mostrar a vivência durante o Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental realizado de forma remota de alunos do 7º período

do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão do Centro de Zé Doca. Na busca de demonstrar o contexto vivenciado pelos estagiários foi aplicado um questionário com os sujeitos da pesquisa.

Nosso estudo está dividido em quatro seções, a primeira intitulada “Do Presencial Ao Remoto: Impactos Do Covid Na Forma De Ensino”, a segunda é a seção que versa sobre “A importância do Estágio Supervisionado”, em seguida, apresentamos os Pressupostos Metodológicos e a seção “Análise de Dados” e por último, nossas “Considerações Finais”.

## 2. DO PRESENCIAL AO REMOTO: IMPACTOS DO COVID NA FORMA DE ENSINO

Novas expectativas e novos planos são atitudes que nós seres humanos estamos sempre fazendo, principalmente no início do ano. Em 2020, o ano começou e muitos assuntos foram planejados. No âmbito acadêmico, por exemplo, as universidades encontravam-se com seus calendários acadêmicos devidamente prontos e até mesmo publicados.

A Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, região de inquérito desde estudo, já estava seguindo seu calendário referente ao ano de 2020. No mês de março, as atividades acadêmicas da referida instituição começaram. Toda a comunidade acadêmica encontrava-se a postos para o caminhar do primeiro semestre de 2020. Mas, como os livros de história para sempre irão lembrar a pandemia da COVID- 19 chegou oficialmente ao Brasil. E, por recomendação da Organização Mundial de Saúde - OMS, somente pessoas que trabalhavam com atividades essenciais poderiam sair de casa. As aulas foram suspensas e muitos planos tiveram que esperar.

Todos os setores buscaram uma forma de readaptação. No âmbito educacional, a solução foi realizar aulas remotas. A recomendação do Ministério da Educação (MEC) foi oficializada através da Portaria no 343, de 17 de março de 2020, (BRASIL, 2020). Posteriormente, novas portarias foram publicadas pelo MEC, que continham orientações às instituições educacionais.

A nomenclatura utilizada para o ensino durante o período pandêmico é Ensino Remoto, nomenclatura geradora de discussões. Sobre esta nomenclatura, Moreira e Schlemmer (2020, p.190) afirmam que:

O termo remoto significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O Ensino Remoto ou Aula Remota se configura então, como uma modalidade de Ensino ou aula que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e estudantes e vem sendo adotada nos diferentes níveis de ensino, por instituições educacionais no mundo todo, em função das restrições impostas pelo COVID-19, que impossibilita a presença física de estudantes e professores nos espaços geográficos das instituições educacionais.

A durabilidade da pandemia era algo incerto e com crescimento significativo dos casos de COVID-19, os estudantes perceberam que esse cenário demoraria a mudar. Para não atrasar a conclusão do curso, os discentes se adaptaram ao novo formato de ensino, alguns sem o conhecimento tecnológicos e muitos sem as ferramentas digitais necessárias.

No presente estudo, tem-se como foco a disciplina de estágio supervisionado do ensino fundamental na disciplina de língua portuguesa, que tradicionalmente é realizada nas escolas. Como o cenário pandêmico, as universidades tiveram que se organizar para ofertarem essa disciplina, pois não era sabido quando a pandemia acabaria. Nesse sentido, a UEMA, publicou a resolução N.º.1422/2020-CEPE/UEMA, na qual o reitor da UEMA resolve autorizar a realização do estágio supervisionado.

As orientações seguiram decisões superiores, entre estas a Portaria n.º 544/2020 do Ministério da Educação (MEC), que libera a realização remota de estágios no ensino superior até o dia 31 de dezembro, exceto para cursos da área de saúde. Após análise da resolução N.º. 1422/2020-CEPE/UEMA.

Esse contexto gerou dúvida em professores, alunos e nas instituições que deveriam lidar com os estagiários. As justificativas para a realização do estágio na modalidade remota foram a necessidade cumprimento da disciplina em tempo hábil para colação de grau; a importância de vivenciar essa modalidade de ensino, uma vez que como futuros profissionais dessa geração, os estagiários teriam que se adequar a essa forma de ensino, com suas metodologias e tecnologias específicas; pois dado o avanço tecnológico, cada vez mais as tecnologias se farão presentes no ato educativo. Vale ressaltar que a instituição deixou a critério do aluno vivenciar o estágio remoto ou trancar a disciplina, para cursá-la posteriormente.

### 3. A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado é condição *sine qua non* para os estudantes de graduação, seja tecnólogo, bacharelado ou licenciatura. Para adentrar no universo dos licenciados, os estudantes vão para sala de aula, onde aprendem na prática sobre docência. Mais do que uma fase necessária, consiste em uma fase obrigatória, requisito básico para que se obtenha o grau de licenciado.

A obrigatoriedade do estágio, encontra-se devidamente prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96. Em seu Artigo 82, ela declara que: “Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.” (BRASIL, 1996). Como tal, a UEMA estabelece normas para realização de estágio contidas nos seguintes documentos: Resolução N.º 1264/2017 - CEPE/UEMA; Resolução de N.º 1369/2019-CEPE/UEMA.

A Resolução N.º 1264/2017 - CEPE/UEMA, contém as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura da UEMA. O seu artigo 8º, declara que o estágio pro-

porciona ao estagiário “condições propícias ao desenvolvimento do trabalho docente”. Nesta pesquisa, destaca-se que a oportunidade entendida pela UEMA de se criar condições propícias aos estudantes, será vivenciada dentro de uma perspectiva remota, dado o contexto pandêmico o qual o mundo vive.

O processo da realização do estágio na UEMA, faz-se também pela Resolução de N.º 1369/2019-CEPE/UEMA, essa estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação. Encontra-se na Seção VI da resolução orientações sobre o Estágio Curricular Supervisionado. Apresenta pontos, tais como a regularidade, entre outros assuntos pertinentes ao estágio. No Artigo 76º, têm-se esclarecimentos sobre a não criação de vínculo empregatício recorrente do estágio. Em seu artigo 80 vemos que: “Em nenhuma hipótese o estudante será liberado da realização das atividades de estágio obrigatório.”

Quanto os teóricos sobre estágio, eles afirmam quem tal etapa caracteriza-se como um momento de crescimento. Buriolla (2003, p.13), percebe o estágio como o “[...] lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica [...]”. Estagiar é uma oportunidade de praticar todo o conhecimento adquirido durante a graduação. O estagiário abandona o âmbito das hipóteses, do que pode ser e passa a viver realmente o que acontece em uma sala de aula. Temos assim a possibilidade de reflexão tanto do conhecimento, quanto da experiência prática que está sendo vivenciada que se realiza através do diálogo formal com professor supervisor.

Mas esse acréscimo à vida do estagiário só se realizará diante da compreensão que ele será o principal autor da vivência desse período. Entende-se que ele como sujeito que está nesse ambiente para aprender é a principal peça do processo de estágio. Dessa forma espera-se que ele “[...] adote uma posição crítica relativa ao contexto em que exerce sua atividade e que se emancipe dos constrangimentos que podem inibir a sua prática profissional e impedir o seu desenvolvimento pessoal” (FREIRE, 2001, p. 14).

A experiência durante o estágio proporciona ao estagiário reflexão sobre sua prática, sobre seus conhecimentos e atualmente uma busca por novas metodologias e uso de tecnologias.

Pode-se pensar que o estágio só pode ser realizado de forma presencial, como sempre acontecia nas disciplinas do estágio. Mas, entendemos que o estagiar é vivenciar a realidade da sala de aula, sendo assim, o estágio vivenciado de forma remota, torna-se um retrato das salas de aulas em todo mundo nesse momento.

É importante lembrar que muitos dos estagiários estarão em contato com uma sala de aula pela primeira vez. É durante o estágio que geralmente inauguramos o vocativo professor em nosso histórico profissional. Esse processo colabora para a constituição do sujeito, novo docente que está em processo de construção. Sobre

essa constituição do sujeito, Corrêa (2018, p.110) nos diz que [...] no campo pedagógico a singularidade do sujeito é uma singularidade histórica em que se cruzam, de forma contraditória o particular (aquilo que historiciza o sujeito, dando-lhe contornos singulares) e o geral (aquilo que o historiciza em função de características gerais de um grupo, situando-o em seu pertencimento a grupos).

O estágio é muito mais que o cumprimento de uma obrigação imposta por leis e resoluções. Consiste em uma etapa de contribuição para constituição na formação do sujeito que se prepara para ser professor. Um momento de desafios e resoluções que é basilar para o futuro profissional do indivíduo.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Mediante a adaptação educacional recomendada pelo MEC, os estágios supervisionados também precisaram passar por essa adaptação. Nesse sentido, cumprir o estágio na modalidade remota foi uma necessidade que teve que ser realizada mesmo com muitas incertezas. A escola-campo teve que ser trocada pelo universo do ciberespaço.

A coleta de dados do presente estudo foi realizada através da plataforma de questionários *on-line Google Forms*. Os participantes da pesquisa foram os alunos do 7º período do Curso de Letras da UEMA, *campus Zé Doca*. A turma tinha 28 alunos, mas nem todos realizaram o estágio, alguns optaram por esperar o retorno do ensino presencial e outros tentaram, mas acabaram por desistir. Obtivemos 12 alunos que responderam ao nosso questionário. Buscando uma melhor interpretação das respostas, quando necessário entramos em contato com os participantes da pesquisa, em busca de esclarecimentos sobre as respostas dadas.

#### 5. ANÁLISE DE DADOS

O questionário frisou questões relacionadas à perspectiva do estágio supervisionado na modalidade remota, buscando identificar os desafios enfrentados pelos estagiários, mas também os pontos positivos por eles vivenciados. Para atender esses objetivos, a primeira pergunta foi: O que você sentiu quando soube que a realização do seu estágio seria de forma remota?

Das doze respostas recebidas, 99% afirmaram terem sentimentos como, medo, insegurança, tristeza, preocupação e apreensão. O participante que representa o 1% contrário aos sentimentos expressos pelos 99%, escreveu que achou tranquilo, e justificou essa tranquilidade por ele já estar vivendo essa experiência na escola em que trabalha. Vejamos o que alguns dos participantes escreveram a respeito.

R1 - Fiquei assustada, pois achava que seria presencial;  
R2 - Fiquei com muito medo. Pensei que não iria conseguir;  
R3 - Triste por não viver a experiência da forma presencial;  
R4 - Apreensiva, por ser algo novo para mim.



As respostas comprovam que a mudança de modalidade presencial para remota afetou os estagiários de forma diferente. Houve aquele que enfrentou o estágio isso com tranquilidade por já estar experimentando isso no trabalho remunerado, mas a grande maioria não encarou a situação da mesma forma. Sobre os sentimentos de apreensão e insegurança advindos do ensino na modalidade remota por conta da COVID-19, Ribeiro (2020) afirma que:

Na pandemia, professores/as de toda geração e estudantes de todos os níveis foram parar na mesma estaca zero. Pode ser que alguns e algumas se aventurem mais, sintam maior familiaridade com certos ambientes digitais, mas, no geral, a crise é ampla. A insegurança e a sensação de recomeço estão em todos/as, que se viram na situação de atuar por meio de plataformas que propiciam uma experiência completamente outra (para quem nunca a experimentou), que provocam a necessidade de repensar concepções envolvidas na educação, mas, destaque, aqui, as de aula, de ensino e a de avaliação (RIBEIRO, 2020, p.452).

Conforme a autora, a pandemia impactou a educação, em especial a forma de ensinar e de avaliar. A falta de experiência com as tecnologias disponíveis também prejudicou o ensino remoto. Professores e alunos tiveram que experimentar a realidade virtual e transformá-la em algo concreto para construção de conhecimento. No estágio, os impactos não foram diferentes.

A segunda pergunta contida no questionário buscou saber qual aplicativo os estagiários usavam, perguntamos: “Por qual meio de comunicação vocês realizavam as aulas? Relate um pouco sobre como aconteciam as aulas.” Todos os estagiários, afirmaram usar o aplicativo WhatsApp como forma de comunicação. Nos relatos, disseram que foram adicionados ao grupo pelo professor supervisor, o qual os apresentou à turma e os acompanhou durante o processo do estágio. Os estagiários enviavam áudios, textos e atividades pelo grupo da referida turma em que estavam estagiando. Neste grupo acontecia a interação com os alunos em horário e dia determinado pela direção da escola. Segue o relato de experiência de um dos participantes da pesquisa.

R5 - Realizei as aulas através do aplicativo *WhatsApp*, que até então não era visto como um meio de aprendizagem para mim. Porém, essa experiência me fez visualizar que não só o *WhatsApp*, mas também outras Redes Sociais seriam úteis para isso. As aulas eram bem práticas e objetivas. Utilizava áudios, vídeos e imagens. Era como uma troca de mensagens normal, mas eficiente, onde eu até pude sentir que os alunos estavam mais interessados.

O *WhatsApp* é um aplicativo muito utilizado por todas as pessoas, mas o uso dele para ministrar/assistir aulas foi uma novidade. O que nos mostra que cada vez mais nos encontramos diante de novos suportes educacionais. Todavia, destacamos, que a escolha desse aplicativo como ferramenta para os encontros síncronos das es-

colas municipais da cidade de Zé Doca - MA, deve-se, a facilidade de aquisição, pois, ele pode ser baixado em todos os tipos de celular e por ser um aplicativo popular entre os alunos das escolas.

Um fato interessante compartilhado pelos estagiários foi sobre a forma de interação entre eles e a turma na qual estagiavam. Apesar de ter um grupo no WhatsApp específico da turma, muitos alunos entravam em contato através de conversa privada para fazer algum questionamento, justificar o atraso de uma atividade e também para explicar suas faltas.

Sobre a frequência dos alunos, perguntamos: “Considerado a quantidade de alunos matriculados na turma para o ensino presencial, como era a frequência desses alunos na modalidade remota? Das doze respostas obtidas, dez afirmaram que a frequência dos alunos foi baixa. Destacamos que o estágio estava sendo realizado em turmas do 6º ao 9º ano, nessa etapa, têm-se alunos, geralmente, na faixa etária de 11 a 15 anos. Idade em que devem estar aprendendo a serem mais autônomos e independentes. Ou seja, entende-se que eles já estão aptos a compreensão dos encontros marcados. A baixa frequência pode ser atribuída a inúmeros fatores, iremos utilizar algumas das respostas do questionário para evidenciarmos possíveis motivos na compreensão dos estagiários.

R1 - A frequência infelizmente foi baixa, pois nem todos os alunos possuíam celulares para acompanhar.

R9 - A frequência dos alunos era bastante fraca, pois a maioria não tem acesso ao celular, e alguns alunos dependiam dos celulares dos pais, assim, dificultando a assiduidade dos alunos.

R11 - Como o ensino remoto surgiu de forma inesperada, muitos alunos perdem aulas. A causa disso foi a falta de internet, por isso existia um déficit significativo durante as aulas.

Para termos uma visão quantitativa, vejamos as respostas apresentadas abaixo:

R6 - A quantidade de alunos participantes das aulas era muito pequena, de uma turma com **35 alunos** matriculados, apenas **12** participavam.

R7 - Muito pouca, pois de **30** somente, **4 alunos** participavam.

R8 - Um tanto quanto assustador, pois de uma turma de **30 alunos** somente uns **5** se comunicavam no grupo.

R10 - Durante todo o estágio, numa turma de **50 alunos**, obtive retorno apenas de **20**.

Ter a presença física dos alunos na classe é uma herança trazida do Ensino Presencial. No artigo 24º da LDB, temos a exigência de uma frequência mínima de 75% no ano letivo para aprovação nas séries da educação básica. O termo presença nas escolas está atrelado ao comparecimento físico, que nas aulas remotas são monitoradas por imagem, vídeo, áudio ou até mesmo uma mensagem escrita na plataforma que está sendo utilizada.

Neste sentido, a pandemia nos obrigou a perceber a presença das pessoas de uma maneira diferente. Deixamos de lado o face a face como requisito para a prática de todo e qualquer atividade na educação e passamos para plataformas digitais. Entendemos, que referindo-se às aulas remotas, a frequência é algo que ultrapassa os limites de está online ou não, pois, tratando-se desse ambiente, é completamente possível estar online e não estar presente. Mesmo o aluno não estando presente no momento síncrono, ele poderá acompanhar através dos materiais disponibilizados. Destacamos que esse aluno não entrou nesse universo remoto por seu desejo, por opção, mas sim, por uma necessidade emergencial em virtude da pandemia.

A pergunta seguinte centra-se no acesso dos alunos a aparelhos tecnológicos e internet. Fizemos o seguinte questionamento: “Os alunos possuíam aparelhos tecnológicos e acesso à internet para acompanhar as aulas?”

De acordo com as respostas, entendemos que alguns dos alunos possuíam celular, mas que a grande maioria usava os aparelhos de seus pais para poderem acompanhar as aulas. Vale ressaltar que essa resposta foi dada com os alunos que se fizeram presentes nas aulas, assim, presume-se que muitos dos alunos que não participaram das aulas, não possuíam celulares e (ou) internet. Vejamos abaixo, o texto de algumas das respostas apresentadas nos questionários.

R9 - Alguns alunos sim, mas 70% dos alunos não tinham acesso à internet e nem celular.

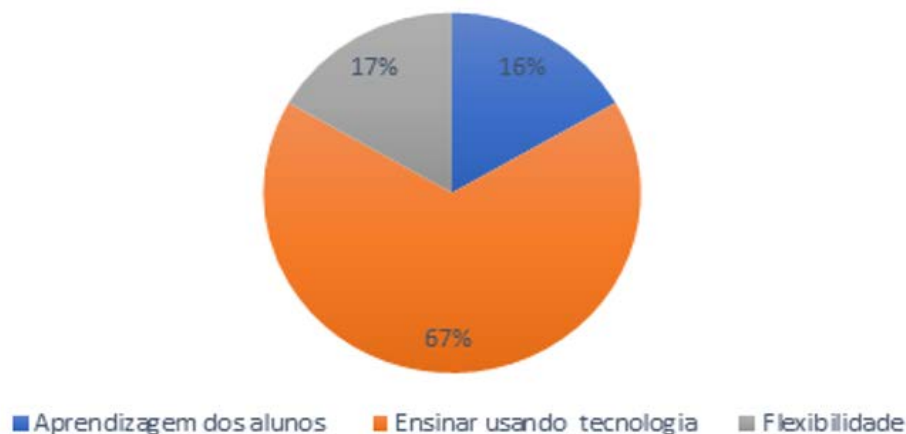
R10 - Alguns, no entanto, a maioria ou não possuía celular, notebook, computador ou tablet ou não possuía internet no momento da aula [...].

Rojo (2017), aponta três aspectos negativos em meio as várias benesses da tecnologia. Primeiramente os altos valores dessas ferramentas tecnológicas. Outro problema é que para que os aparelhos tecnológicos ajam com eficiência, precisam de uma boa conexão sem fio, algo ainda raro de forma gratuita. O terceiro e maior problema, na opinião da autora, é a forte dependência desses aparelhos de energia. Por mais que a tecnologia nos ofereça muitas vantagens, o abismo social no qual nossa sociedade habita, torna-se um grande empecilho para que todos possam usufruir de seus benefícios. Os nossos dados ratificam isso: alunos sem condições financeiras para ter aparelhos por conta do alto custo, falta de conexão de qualidade (mesmo que privada/paga).

Para finalizar, pedimos aos participantes que fizessem uma avaliação sobre seus estágios, perguntamos: “Como você avalia a realização do seu estágio nesse contexto de pandemia? Apresentem os pontos positivos e negativos encontrados durante a experiência do estágio remoto.” Na busca de uma palavra para avaliação, diversas foram citadas, tais como: *bom, proveitoso, gratificante, importante, promissor e desafiador*. Tivemos apenas um participante que avaliou o estágio como *difícil e regular*. Por meio das respostas, compreendemos que apesar da drástica mudança,

o estágio remoto proporcionou experiências de aprendizagens. Na sequência, nos apresentaram os pontos positivos e negativos a respeito do estágio. Por questão de organização, dividimos esses pontos em dois gráficos. Vamos começar observando o gráfico com os pontos positivos.

**Gráfico 1:** Pontos positivos do estágio supervisionado no ensino remoto.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

A maioria dos participantes, 66,7%, respondeu que ensinar durante o estágio usando ferramentas tecnológicas foi o ponto mais positivo para eles. Que a tecnologia, no contexto de pandemia, tornou-se uma aliada fundamental é indiscutível. Ressaltamos que, em tese, o uso de recursos tecnológicos deve ser fazer parte da educação, conforme mostra uma das competências da Base Nacional Curricular - BNCC:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo a escolar) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (p. 9).

Destacamos a importância de os estagiários estarem vivenciando seus estágios através do uso de novas tecnologias, e entendemos que tal aprendizado será fundamental para o futuro desses profissionais.

Outro ponto apontado como positivo foi a flexibilidade com 16,8%. Nesse sentido, Franco (2012, p. 15) destaca que:

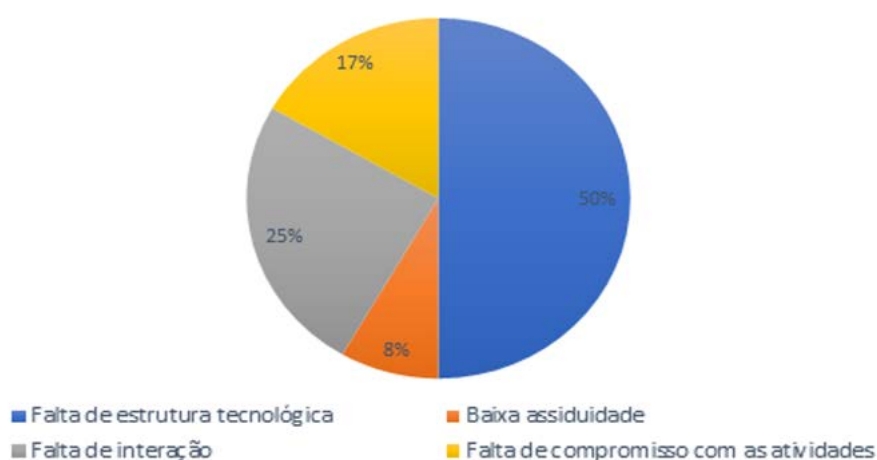
Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade da experiência, indagação teórica e criatividade para fazer frente às situações únicas, ambíguas, incertas, conflitivas e, por vezes, violentas, das situações de ensino, nos contextos escolares e não escolares.

A flexibilidade que foi vivida pelos estagiários oportunizou que de onde estivessem, pudessem ministrar suas aulas, o que por um lado é preciso de adequar completamente, pois apesar da comodidade oportunizada por essa flexibilidade, eles deixaram de ministrar aulas olhando para pessoas e passaram ao invés disso a olhar para máquinas.

Outros 16,8% dos participantes consideraram a visualização da aprendizagem dos alunos, mesmo nesse contexto remoto, algo positivo para eles. Muitos desses estagiários estavam receosos dos alunos não aprenderem. Paulo Freire (2012, p.79) considerando questões sobre ensino e aprendizagem destaca que, “é impossível compreender o ensino sem o aprendizado e ambos sem o conhecimento.” Assim, a preocupação com o aprendizado, é vista como uma característica docente, que existe tanto no ensino presencial como no ensino remoto.

Passemos agora a analisar o gráfico com os pontos considerados negativos pelos participantes da pesquisa.

**Gráfico 2:** Pontos negativos do estágio supervisionado no ensino remoto.



**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2021).

Frente a nova forma de estágio, 50% dos estagiários participantes de nossa pesquisa consideram como ponto negativo a falta de estrutura tecnológica que cerca nossa sociedade. Nesse sentido, lembramos que como visto anteriormente havia alunos não possuíam celulares próprios. Muito se tem defendido sobre o uso da tecnologia na educação, a respeito, Brito e Silva (2014) no artigo intitulado: Ficção e Realidade: TIC e dualidade escolar dizem que é fundamental os questionamentos dos discursos em busca de melhora da educação pela introdução de TIC. As autoras destacam que é preciso supor uma democratização para o acesso à informação, a inclusão dos excluídos e a transformação do atraso em progresso.

Outro quesito apontado como negativo foi a falta de interação nas aulas por parte dos alunos, situação apontada por 25% dos participantes. Ponto em que atinge diretamente a metodologia do professor, pois quando preparamos uma aula contamos com a participação dos discentes, mas isso não é fácil de acontecer com alunos via WhatsApp do ensino fundamental. Se o aluno não interage, o professor fica até mesmo sem saber se do outro lado alguém realmente o ouve.

Dos participantes 17% responderam que na opinião deles um ponto negativo é a falta de compromisso com as atividades que são repassadas. Alunos descom-

promissados com as atividades escolares é algo também visto no ensino presencial. Entende-se que é possível que essa falta de comprometimento com as atividades, seja protagonizada pelos mesmos alunos que também não respondiam suas tarefas no ensino presencial. Destaca-se que para facilitar o cumprimento das atividades, aceitava-se que elas fossem entregues na escola ou até mesmo enviadas por fotos através do aplicativo *WhatsApp*.

A baixa assiduidade dos alunos, foi um ponto considerado negativo para 8% dos estagiários. A presença neste formato de ensino levanta diversas possibilidades. Podem ser por questões relacionada a falta de acesso à internet, falta de recursos tecnológicos, problemas que possam ter surgido devido a pandemia, afinal muitos estudantes perderam amigos e familiares. Além do mais, na educação remota, há a possibilidade de o aluno estudar de maneira assíncrona, permitindo que presença do aluno não seja conferida pelo professor.

O período pandêmico gerou muitas reflexões no âmbito educacional, seja na forma de marcar a frequência, seja na forma de avaliar e principalmente, na forma de considerar os fatores externos que estão envolvidos no processo de aprendizagem, como a disponibilidade de ferramentas tecnológicas e internet.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, em que objetivamos mostrar como se deu a vivência do estágio supervisionado por discentes do curso de letras, que foi cumprido de forma remota, percebemos que os participantes da pesquisa, em sua maioria, entraram nesta jornada inseguros. Com base nos dados da pesquisa, entendemos que apesar deste universo ser novo, eles concluíram o estágio e somaram aprendizados a sua prática pedagógica.

Tendo em vista que a pandemia do COVID-19 os colocou neste cenário, é perceptível que continuando ou não com o ensino remoto, a tecnologia se tornará mais presente no contexto escolar. Acreditamos que os professores não continuaram a ministrar suas aulas da forma que antecedia o ensino remoto. Mesmo que a tecnologia, em tese, já devesse ser inserida no cotidiano escolar de todo o Brasil, como a própria BNCC recomenda, para muitos professores era visto como algo inapropriado. A vivência do estágio nesse contexto foi importante para o aprendizado dos estagiários e para a consolidação do uso de ferramentas digitais em suas práticas pedagógicas.

Nossa pesquisa mostra que a falta de acesso à tecnologia é um empecilho real no ensino remoto. Mesmo muitos alunos tendo vontade de acompanharem as aulas remotas, eles não possuem condições tecnológicas, assim, acabaram excluídos das aulas remotas. Esse fator pode acarretar a desistência dos estudos. Ainda, de acordo com a percepção de nossos respondentes, constatou-se que houve aprendizado dos alunos. Não podemos mensurar o quanto e em quais circunstâncias esse aprendizado se consolidava, tendo em vista que o ensino remoto é utilizado sem saber quem

possui ou não possui habilidades e propriedades tecnológicas. Quando olhamos para o número de ausentes nos encontros síncronos, entendemos que se faz necessário observar os motivos que levam a essa ausência. Precisamos pensar nesta ausência como um problema da nossa sociedade, pois muitos cidadãos ainda não têm acesso a internet. Antunes (2014), nos diz que no processo de aprendizagem, declara que é preciso considerar “as experiências individuais e as regras sociais existentes”. Acrescentamos que no cenário remoto, muitas outras coisas precisam ser consideradas, situações que ultrapassam o fazer pedagógico, principalmente se tratando do público do ensino fundamental.

Destacamos que assim como tiveram pontos positivos, o que chamamos de benesses da pandemia, também observamos muitos pontos negativos, pontos que são questões que devem ser resolvidas através de políticas públicas que se voltem para essa problemática.

Cumpramos destacar que, para além das exigências acadêmicas para a obtenção do título de licenciado, o estágio supervisionado vivenciado de forma remota ofereceu experiências únicas que contribuíram para o crescimento intelectual, tecnológico e formativo desses futuros profissionais.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Professores e professores: reflexões sobre a aula e prática pedagógica diversas**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação: **Parecer 292/62, de 14 de novembro de 1962** - Fixa a parte pedagógica dos currículos mínimos relativos aos cursos de licenciatura. Relator: Valnir Chagas. Brasília: Documenta n. 10, 10 dez. 1962.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf). Acesso em: 21 dez. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRITO, Karina Lima; SILVA, Luciana Vilaça. Ficção e Realidade: TIC e dualidade escolar. In: BARRETO, Raquel Goulart. **Tecnologias e trabalho docente: entre políticas e práticas**. Petrópolis, RJ, de Petrus et al. 1 edição, Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ, 2014.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**, São Paulo, Cortez, 1995.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Notas sobre letramentos, gêneros do discurso e (novas) Práticas de Leitura e Escrita na Internet. In: ABREU-TARDELLI, Lília Santos; KOMESU, Fabiana. **Letramento e Gêneros Textuais/Discursivos: aproximações e distanciamentos**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

FRANCO, Maria Amélia do R. S. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012

FREIRE Ana Maria. **Concepções orientadoras do processo de aprendizagem do ensino nos estágios pedagógicos**. Colóquio: modelos e práticas de formação inicial de professores, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal, 2001. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/recentes/mpfip/pdfs/afreire.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. São Paulo: Editora: Paz & Terra; 3ª edição, 2012.

MARANHÃO. **Resolução N.º 1369/2019-CEPE/UEMA**. Disponível em: <https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2015/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%B0-1369-2019-%E2%80%93-CEPE-UEMA.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

MARANHÃO. **Resolução N.º 1264/2017 - CEPE/UEMA**. Disponível em: <https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2016/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-1264-2017-CEPE-UEMA.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MARANHÃO. **Resolução N.º 1422/2020-CEPE/UEMA**. Disponível em: <https://www.prog.uema.br/wp-content/uploads/2014/03/Resoluc%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-1422-2020-CEPE-UEMA-estabelece-procedimentos-e-regras-a-serem-adoptados-para-retorno-de-esta%CC%81gio-pra%CC%81ticas-e-defesa-TCC.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Moreira, J. A.; Schlemmer, E. (2020). **Por um novo conceito e paradigma de educação digital online**. Revista UFG, V.20, 63438. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438/36079>. Acesso em: 21 set. 2021.

RIBEIRO, Ana Elisa Ferreira. **Letramento digital e ensino remoto: reflexões sobre práticas**. Debates em Educação. Maceió, Vol. 12, Número Especial 2, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10757/pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.

ROJO, Roxane. **Entre Plataformas, Odas E Protótipos: Novos Multiletramentos em tempos de web21**. The Specialist: Descrição, Ensino e Aprendizagem, Vol. 38 nº. 1 jan-jul 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/32219>. Acesso em: 12 dez. 2020.

WHO. **World Health Organization**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 13 dez. 2020.





Vol. 2 | nº 1 | Jan-Jun | 2022

## O UIRAPURU: A LITERATURA INFANTOJUVENIL PELO ENCANTO DA MÚSICA E DA POESIA

**Cláudia Oliveira Silva Rocha**

Universidade Federal do Maranhão - São Luís-MA, Brasil

E-mail: claudia.rocha2010.2@gmail.com

### RESUMO

Em “O Irapuru”, soneto de Humberto de Campos (1982), o eu lírico confere ao pássaro da Amazônia o epíteto de “Orfeu do seringal tranquilo”, pois o seu canto, assim como o do filho de Apolo e Calíope, faz com que todos parem para ouvi-lo. Esse poder encantatório da música também pode se estender à poesia, pois suas raízes estão ligadas ao canto. Giuliana Ragusa (2013) explica que a palavra “lírica” traz o substantivo lira, instrumento da performance desse gênero, como se observa em Orfeu. A partir da leitura do referido poema, este breve estudo lança mão da abordagem comparada entre a lenda de matriz indígena e o mito grego a fim de refletir sobre os benefícios da perspectiva interdisciplinar entre música e poesia no ensino de Literatura Infanto-Juvenil. Metodologicamente, este trabalho é de natureza bibliográfica e como fundamentação teórica nos embasaremos nos estudos de Segismundo Spina (2002), Roberval Pereyr (2000) e Giuliana Ragusa (2013) que foram indispensáveis para a compreensão do elo entre música e poesia, na proposta de ensino de Hélder Pinheiro (2018) e, por extensão, nos conceitos de Mircea Eliade (1998) e Luís da Câmara Cascudo (2005) sobre mitos e lendas. Propõe-se, portanto, fazer uma breve análise comparativa entre essas histórias e refletir sobre o ensino de poesia em sala de aula.

**Palavras-chave:** Poesia. Música. Uirapuru. Orfeu.

### UIRAPURU: YOUTH LITERATURE THROUGH MUSIC AND POETRY ENCHANTMENT

#### ABSTRACT

*In “O Irapuru”, sonnet by Humberto de Campos (1982), the lyrical subject gives the Amazon bird the epithet “The peaceful rubber plantation Orpheus”, because its singing, just as Apollo and Calliope’s son’s, makes everyone stop and listen. This enchantment power of music can also be of poetry, since its roots are related to singing. Giuliana Ragusa (2013) explains that the word “lyric” carries the noun “lyre”, a performance instrument in this genre, as it is observed in Orpheus. With the reading of the referred poem,*



*this short study uses the comparative literature approach between the indigenous legend and the Greek myth in order to reflect on the benefits of the interdisciplinary perspective between music and poetry to the teaching of Youth Literature. Methodologically, this is a bibliographic work, having as the theoretical framework the studies of Segismundo Spina (2002), Roberval Pereyr (2000) and Giuliana Ragusa (2013), which were imperative to understand the link between music and poetry; the teaching proposition of Helder Pinheiro (2018) and the myths and legends concepts of Mircea Eliade (1998) and Luis da Câmara Cascudo (2005). Therefore, it is proposed a brief comparative analysis of these stories and the reflection of the poetry teaching in school classrooms.*

**Keywords:** Poetry; Music; Uirapuru; Orpheus;

## 1. INTRODUÇÃO

*Uirapuru, ó, uirapuru  
Seresteiro, cantador do meu sertão*

*A mata inteira fica muda ao teu cantar  
Tudo se cala para ouvir tua canção  
Que vai ao céu numa sentida melodia  
Vai a Deus em forma triste de oração...*

*“Uirapuru”*

*Composição de Jacobina (Valdemar Ramos Oliveira) e Murilo Latini*

A ideia de que tudo se cala para ouvir o canto do pássaro da floresta amazônica é curiosa e provoca até certa inveja. Como se a contemporaneidade determinasse um outro ritmo às atividades humanas, se torna desafiador prender a atenção dos indivíduos, especialmente a dos nossos alunos. Dessa forma, surgem questões sobre o ensino significativo de Literatura na atualidade.

Regina Zilberman (1988, p. 15) apontou uma crise de leitura no fim da década de 70, “caracterizada pela constatação de que os jovens, sobretudo os estudantes, não frequentavam com a desejada assiduidade os livros postos à sua disposição”. Por outro lado, se observa o apelo do mercado, sobretudo ao público infantil, conforme indica a autora:

*É a criança principalmente que, dentro e fora da escola, passa a ser objeto de maiores cuidados, em virtude, de um lado, do papel potencial que desempenha no mercado consumidor; de outro, porque sua sadia formação intelectual e afetiva é uma das preocupações centrais da sociedade de maneira geral, da família e da escola em particular. (ZILBERMAN, 1988, p. 16).*

A preocupação em envolver a criança nesse universo também passa pelas diversas histórias infantis e suas adaptações. Bruno Bettelheim (1979, p. 8) fala da importância da experiência de leitura significativa: “não é o fato de a virtude vencer no final que promove a moralidade, mas de o herói ser mais atraente para a criança, que

se identifica com ele em todas as suas lutas”. Nesse sentido, como atrair este público para a leitura de poesia?

Hélder Pinheiro (2018, p. 11) constata que dos gêneros literários, “provavelmente é a poesia o menos prestigiado no fazer pedagógico em sala de aula”. Esse distanciamento pode ser explicado nos resultados da seguinte pesquisa apontada por ele:

Em pesquisa realizada em oito livros didáticos do ensino fundamental, publicados nas décadas de 1980, 1990 e primeira década do século XXI, Alves (2012) conclui que, se por um lado, nalgumas obras, há aumento do número de poemas e a presença de poetas contemporâneos, por outro, a abordagem se prende mais a questões formais (tipos de verso, rimas), teóricas (conceitos como eu lírico), pouco favorecendo uma aproximação lúdica do texto que estimule a percepção da fantasia, da musicalidade e o diálogo do leitor com o texto. (PINHEIRO, 2018, p. 12).

Esse estímulo pode vir de abordagens interdisciplinares, sobretudo com o diálogo com a música, como sugere este trabalho. Jaquelânia Pereira (2014, p. 43) narra experiências de uma oficina realizada em sala de aula para alunos do ensino básico:

Com a oficina ‘Poesia e música na sala de aula’, pudemos notar que as crianças se mostraram muito receptivas a brincarem com os poemas na escola, atribuindo-lhes significados a partir de suas vivências com os brinquedos sonoros da infância, como os acalantos, as cantigas de roda, os trava-línguas etc. Pudemos ver também que suas criações musicais estão de acordo com os tons e os sentidos dos poemas lidos, sendo dignas de serem interpretadas por corais infantis, outra maneira de aproximar as crianças do texto poético. (PEREIRA, 2014, p. 43).

O diálogo entre música e poesia pode ser benéfico para o ensino de ambas as áreas. Isso se explica pelo seu berço em comum, de acordo com Segismundo Spina (2002, p. 26-27): “a Poesia esteve sempre envolvida num halo de mistério. Sua origem, seu poder mágico através das fórmulas de encantamento, sua essência”. Ele conclui que “O dia em que for resolvido o mistério da Música, nesse dia também estará resolvido o mistério da Poesia”. Este breve estudo não pretende resolver o mistério, mas apresentar esse encanto no mito de Orfeu e na lenda do Uirapuru.

## 2. O UIRAPURU: “ORFEU DO SERINGAL TRANQUILO”

Humberto de Campos (1982) dedica um poema ao pássaro amazônico. Vejamos, então, o soneto do poeta maranhense:

O Irapuru [UIRAPURU]

Dizem que o uirapuru, quando desata  
A voz – Orfeu do seringal tranquilo –  
O passaredo, rápido, a segui-lo,  
Em derredor agrupa-se na mata.

Quando o canto, veloz, muda em cascata,

Tudo se queda, comovido, a ouvi-lo:

O canoro sabiá susta a sonata,

O canário sutil cessa o pipilo.

Eu próprio não sei quanto esse canto é suave;

O que, porém, me faz cismar bem fundo,

Não é, por si, o alto poder dessa ave:

O que mais no fenômeno me espanta,

É ainda existir um pássaro no mundo

Que se fique a escutar quando o outro canta!... (CAMPOS, 1982, p. 330).

Assim como a canção da epígrafe, o poema de Campos também destaca esse poder do pássaro de fazer com que todos parem para ouvi-lo. A suavidade do canto se nota na predominância de sons abertos e vocálicos – que se observa até mesmo no nome do pássaro – além do registro simples da linguagem. As rimas toantes com a vogal a (“desata”, “mata”, “cascata”, “sonata”, “suave”, “ave”) se apresentam da primeira estrofe ao primeiro terceto, imprimindo leveza, conferindo a imagem de um cenário da natureza tranquilo. Há uma quebra desses sons abertos no último terceto com as rimas nasais, o que traz a percepção de um tom mais intimista, como de um sussurro de alguém compartilhando um segredo – ou seu espanto.

O poeta maranhense trabalhou os planos sonoro, imagético e semântico do soneto, com a musicalidade dos versos, a imagem da floresta e o canto singular do Uirapuru. Além disso, Campos estabelece a comparação da lenda indígena com o mito grego de Orfeu, conforme observado no segundo verso. Isso sugere uma aproximação entre música e poesia, por meio do encanto das duas.

A escolha dos vocábulos “lenda” e “mito” tem como fundamento a perspectiva de Mircea Eliade (1998, p. 12), “os indígenas distinguem cuidadosamente os mitos – ‘histórias verdadeiras’ – das fábulas ou contos, que chamam de ‘histórias falsas’”, e de Luis da Câmara Cascudo (2005):

Ao contrário da lição de mestres, creio na existência dual da cultura entre todos os povos. Em qualquer deles há uma cultura sagrada, oficial, reservada para a iniciação, e a cultura popular, aberta apenas à transmissão oral, feita de estórias de caça e pesca, de episódios guerreiros e cômicos, a gesta dos heróis mais acessível à retentiva infantil e adolescente. (CASCUDO, 2005, p. 11).

O Uirapuru se insere na categoria de “histórias falsas”, das lendas, pois é uma história localizável no espaço e no tempo (Amazônia) e, de acordo com a definição de “lenda” de Cascudo (2005, p. 511), se trata de um “episódio heroico ou sentimental com o elemento maravilhoso ou sobre-humano, transmitido e conservado na tradição oral popular”.

O título do soneto de Humberto de Campos se explica pelas variações do nome da ave. Cascudo (2005, p. 887), em seu dicionário do folclore brasileiro, lista os nomes

“Irapuru, pássaro ornado, pássaro emprestado, *ouirapuru*”. Cascudo (2012, p. 113) o chama de “a ave fantástica do Amazonas, égide suprema, cheia de mistérios, reunindo derredor de si todos os pássaros seduzidos pelo seu canto irresistível”. O folclorista brasileiro acrescenta que o pássaro “é sempre encontrado à venda, seco e ‘preparado’, como amuleto para jogo, amor, felicidade em caça, pesca etc.” Além dessas características, há lendas sobre como o pássaro surgiu, versões de um índio que foi transformado em pássaro ou de uma índia que foi transformada na ave. No entanto, vamos nos ater a primeira versão, conforme a narrativa de Lúcia Resende (2020).

Conta-se a história de um jovem guerreiro índio da floresta amazônica chamado Quaraçá. Ele vivia tocando sua flauta de bambu e todos gostavam de escutar sua música. O índio se apaixonou por Anahí, esposa do cacique. Ciente da impossibilidade desse amor, Quaraçá sofreu de tristeza e nem quis mais tocar sua flauta. Foi quando resolveu pedir ajuda ao deus Tupã.

Ele tocou bastante a sua flauta e Tupã ficou comovido com a situação do índio e o transformou em um pequeno pássaro, chamando-o de Uirapuru. Resende (2020) continua a história:

Naquele dia, Uirapuru voou pela floresta, voltou à tribo, cantou, voou de novo. E assim passou a fazer todos os dias, encantando a todos com seu forte e lindo canto. Toda vez que via a amada, ele pousava e cantava pra ela, que ficava maravilhada com o som daquele pequeno e lindo pássaro. Com o tempo, o cacique da tribo também ficou encantado com o canto Uirapuru. Queria que ele ficasse cantando ali, pra sempre. Quis aprisioná-lo, fez uma arapuca, foi a sua procura e perdeu-se na floresta. Dele, ninguém mais teve notícia. Dizem que foi castigo do Curupira, o protetor dos bichos da floresta, que não pode ver animal sofrendo sem ficar danado de bravo. A bela Anahí ficou sozinha, mas nem teve tempo pra tristeza, porque o Uirapuru chegava ali todos os dias, com aquele canto lindo, pra consolar a amada. Mais que isso, ele soltava aquele canto triste, porque acreditava que, assim, ela poderia descobrir quem ele era, e isso quebraria o encanto. Mas o que se sabe é que ele continua cantando nas matas até hoje... (RESENDE, 2020).

O tom melancólico, tanto da música do Uirapuru quanto da lenda, também se percebe no mito de Orfeu, poeta e músico filho de Apolo e da musa Calíope.

Thomas Bulfinch (2005, p. 224) explica que nada podia resistir ao encanto de sua música. “Não somente os mortais, seus semelhantes, mas os animais abrandavam-se aos seus acordes e reuniam-se em torno dele, em transe, perdendo sua ferocidade”. Com a morte de sua amada Eurídice, Orfeu, assim como Uirapuru, ficou desconsolado e foi buscar ajuda. No caso do poeta grego, ele foi à região dos mortos, como explica Bulfinch (2005):

Passando através de multidões de fantasmas, apresentou-se diante do trono de Plutão e Prosérpina e acompanhado pela lira, cantou [...] Enquanto cantava estas ternas palavras, os próprios fantasmas derramavam lágrimas. [...] Prosérpina não pôde resistir, e o próprio Plutão cedeu. Eurídice foi chamada, e saiu do meio dos fantasmas, recém-vindos, coxeando, devido à ferida

no pé. Orfeu teve permissão de leva-la consigo, com uma condição: a de que não se voltaria para olhá-la, enquanto não tivessem chegado à atmosfera superior. Nessas condições, os dois saíram, Orfeu caminhando na frente e Eurídice, atrás, através de passagens escuras e íngremes, num silêncio absoluto, até quase atingirem as risonhas regiões do mundo superior, quando Orfeu, num momento de esquecimento, para certificar-se de que Eurídice o estava seguindo, olhou para trás, e Eurídice foi, então, arrebatada.[...] (BULFINCH, 2005, p. 225-226).

Não sabemos se Anahí descobriu que Uirapuru era um índio que a amava e se algum dia o encanto foi desfeito, mas Orfeu só pôde encontrar sua amada novamente após a morte.

### 3. CONCLUSÕES SOBRE O DIÁLOGO ENTRE MÚSICA E POESIA

Enquanto Quaraçá possuía uma flauta de bambu, Orfeu tinha como instrumento a lira – de onde vem o nome lírica. Giuliana Ragusa (2013, p. 12 -13) explica essa origem:

*Mélica* é o termo que figura entre as denominações mais antigas para essa poesia que, a partir da era helenística (c.323-31 a.C.), sob influência dos trabalhos na Biblioteca, passou a ser chamada ‘lírica’[...]. O gênero de poesia mélica é, basicamente, o das composições destinadas à *performance* cantada em coro ou solo, com acompanhamento da lira – no caso da modalidade coral, junto a outros instrumentos; daí, repare-se, o termo ‘lírica’ (*lyriké*), na acepção antiga.

A estudiosa pontua que a poesia grega, até o século V a. C., “inserir-se, assim, numa ‘cultura da canção’”. Segismundo Spina (2002, p. 15) também corrobora com esse pensamento: “a função ancilar da poesia está representada pela associação em que viveu com a música, de certo modo com a dança, antes que surgisse a pessoa do poeta, a poesia individual”. Ele acrescenta:

A terminologia poética é ainda um testemunho desse período em que a música e a poesia estiveram a serviço de atividades mágicas entre os primitivos: o *carmen* latino era também uma ordem, uma fórmula religiosa encontrada nos Livros Sibílicos por ocasião de certos atos da vida social [...]. A *ode* é, como a etimologia atesta, um canto, e na tradução do Salmo LVII dos Setenta, aparece a palavra empregada para designar uma fórmula mágica; e Homero fala da *ode* como o canto mágico que os filhos de Autólicus executaram para estancar o sangue que corria da ferida de Ulisses. O *hosiu* egípcio designou outrora certas fórmulas de encantação, no sentido exato de canto. Os *gâthas* do Avesta, aqueles 17 poemas religiosos escritos numa língua muito arcaica, também deveram ser cantados, pois *gâtha*, significa canto, coisa cantada. (SPINA, 2002, p. 35).

O autor explica que as características musicais da própria língua, seus valores tonais, metalinguísticos, foram se perdendo com a palavra escrita. Nesse sentido, como aponta Roberval Pereyr (2000, p. 15), é a poesia lírica que preserva as características de uma linguagem de um tempo imemorial, “tempo em que a palavra, no seu

uso comum, preserva ainda com plenitude o seu poder mágico, sagrado e sobrenatural e em que música e significado se confundem numa mesma linguagem”. Dessa forma, como explica Pereyr (2000, p. 25), “o poema estabelece um tom musical, ou ainda, um clima afetivo, com o qual o leitor terá de afinar-se”. É possível que tanto alunos quanto professores estejam desafinados.

Hélder Pinheiro (2018) esclarece que não se ensina poesia, mas se compartilha experiências. Se o professor não vivencia a leitura poética, ele não tem condições de exigir isso do aluno. O encantamento passa pela sensibilidade, como afirma Pinheiro (2018, p. 19), citando T.S. Eliot: “O poeta ‘descobre novas variantes da sensibilidade das quais os outros podem se apropriar. E, ao expressá-las, desenvolve e enriquece a língua que fala’ (Eliot, 1991: 31)”. Ele conclui que essa experiência envolve o leitor, colocando-o “diante de uma linguagem expressiva, que movimenta a língua e possibilita outro tipo de vivência com a palavra. Ou seja, favorece experimentar a língua pelo seu viés mais criativo”. A música em si já traz benefícios para o desenvolvimento cognitivo e emocional, como aponta Susan Hallam (2012, p. 29): “Crianças com curtos períodos de formação musical evidenciaram melhorias em competências de percepção auditiva, quando comparadas com outras sem essa formação”. A estudiosa lista outras vantagens:

Crianças que, logo a partir dos oito anos, tiveram formação musical ultrapassaram, em testes musicais e em testes de linguagem, outras sem aquela formação. Aprender a ler música parece refletir-se numa melhoria da consciência fonêmica, o que contribui para o desenvolvimento de competências de literacia, enquanto que aprender a tocar um instrumento aumenta as regiões temporais cranianas do lado esquerdo do cérebro, aumentando a capacidade de recordar palavras. Também há evidências de que crianças com dificuldades de compreensão ao nível da leitura melhoram na sequência de uma formação rítmica que inclui bater um ritmo, com pés e palmas, e cantar, seguindo uma notação simples. (HALLAM, 2012, p. 29).

Nesse sentido, a interdisciplinaridade é salutar pelo apelo à criatividade e às emoções, como também defende Jaquelânia Pereira (2014, p. 43) em sua experiência com a abordagem: “trabalhar a leitura da poesia aliada a outras linguagens, principalmente a música, é uma experiência muito gratificante para o professor e para as crianças, sobretudo porque leva em consideração o homem como ser lúdico e criativo”. Ela conclui que isso se traduz em “acalentar as experiências significativas da infância, quando o saber é permeado pelo brincar e quando a poesia cantada, tão familiar à criança, é um dos seus primeiros brinquedos”.

O mito de Orfeu e a lenda do Uirapuru foram recontados diversas vezes em prosa, poesia e música. Munidos pela contação de histórias, pelo enriquecimento da língua e pelos encantos do ritmo, podemos fazer como o canto do pássaro e o tocar da lira de Orfeu: que todos parem e prestem atenção.

## REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise nos contos de fada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis**. 32ª ed. Ediouro: Rio de Janeiro, 2005, 412p.

CAMPOS, Humberto de. **Poesias Completas**. São Paulo: Opus Editora, 1982.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10ª ed. Ediouro: Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Geografia dos mitos brasileiros**. Global: São Paulo, 2012.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

HALLAM, Susan. Psicologia da música na Educação: o poder da música na aprendizagem. Trad. Manuela Encarnação. **Revista de Educação Musical**, n 138, Jan-Dez, 2012, pp. 29-34. Disponível em: [https://www.apem.org.pt/docs/artigos-em-destaque/PsicologiaDaMusica\\_RPED\\_140\\_141\\_2014\\_2015.PDF](https://www.apem.org.pt/docs/artigos-em-destaque/PsicologiaDaMusica_RPED_140_141_2014_2015.PDF). Acesso em: 9 jul. 2020.

PEREIRA, Jaquelânia Aristides. Poesia e música na sala de aula: experiência com o poema “A flor na festa”, de Cecília Meireles. **Leia Escola**, Campina Grande, v. 14, n. 2, 2014. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/article/download/357/287>. Acesso em: 11 jul. 2020.

PEREYR, Roberval. **A unidade primordial da lírica moderna**. – Feira de Santana: UEFS, 2000.

PINHEIRO, Hélder. **Poesia na sala de aula**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

RAGUSA, Giuliana. **Lira grega. Antologia de poesia arcaica**. Trad. de Giuliana Ragusa. São Paulo: Hedra, 2013.

SPINA, Segismundo. **Na madrugada das formas poéticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 1988.

Websites:

Beatriz Kauffmann's Web Site. Uirapuru. Disponível em: [http://www.beakauffmann.com/mpb\\_u/uirapuru-1.html](http://www.beakauffmann.com/mpb_u/uirapuru-1.html). Acesso em: 13 jul. 2020.

RESENDE, Lúcia. A lenda do Uirapuru, o pássaro mágico que traz muita sorte. 2020. Disponível em: <https://www.xapuri.info/cultura/mitoselendas/o-uirapuru/>. Acesso em: 5 jul. 2020.



Poema de  
**Benedita Azevedo**

## A PONTE

A minha ponte segura  
Entre os dois lados da vida  
Foram sempre, estudo e trabalho  
Que me fizeram voar sem asas.

Ainda muito pequena  
Presas a um lado da ponte  
Com olhar sedento vislumbrava  
A outra margem do rio.

Não era só preciso atravessar  
Mas construir a minha ponte  
Degrau por degrau, tábua por tábua  
Para poder, desafios ultrapassar.

Tal qual formiga operária  
Cheia de determinação  
Comecei a alicerçar  
E cheguei à conclusão.

A ponte foi construída  
E a todo dia ultrapasso  
Os limites do seu limite  
Em cada trabalho que faço.

A ponte entre mim e você  
Entre você, Deus e o mundo  
Precisamos construir  
A cada minuto e segundo.

Rio de Janeiro - RJ, 26.02.2007

Poemas de  
José de Mota de Souza

## PASSAGEM

Alguém passará  
Pelo ar  
Desta linda manhã  
E o céu verterá  
Uma chuva em abundância.  
Os campos molharão  
Uma alma de outra vida.  
Então, brotará  
O cravo azul.

São Luís - MA, 2019.

**SONETO 7**

Minha carne arde no ardor  
que satisfaz o pecado  
do torpe corpo chorado  
em rostos de paz, oh Senhor!

Hei de expurgar as horrendas  
vontades ínfimas, doces,  
ao sentir corte de foice  
na pele, agora oferenda

Tão mutilada e talvez  
sem redenção; mas aceita,  
Deus piedoso, a nudez

deste lamento contrito.

Com este corpo, a alma deito  
diante de ti - assaz aflito.

São Luís - MA, 2021.

## ESBOÇO

Extrema e densa morte, pega-me a mão.  
Sou teu, conduz-me ao barco que ancoras  
No derradeiro cais da vida humana.

Ao longe, os olhos quase não vislumbram  
Os rastos gastos de sapatos sujos,  
deixados sob a cama em que morri.

Foi o gesto maquinal da vista nua  
Indesejando o fel da festa da alma;  
Porém, o corpo sucumbiu à dor

E viu, enfim, que a vida é abjeta  
Se a concebemos com prazeres vis.  
De tudo, resta-me, arde-me esta nova

E fria vida, sem tolices fúteis.  
Ah, Morte, amiga digna, temem-te  
Os homens por se darem à ignorância,

Pois só existir não basta, é preciso  
Doer no cerne da existência crua.  
Morrer é o gesto que condena ou sagra

O fim de tudo em nós, que ao pó tornamos.

São Luís - MA, 2022.

Conto de  
Aгнаeldo Áquila Viana dos Santos



## SONHOS E DELÍRIOS EM BARREIRINHAS

História baseada no relato de Agzael Viana dos Santos

“(...) o trabalhador é digno do seu salário”. Eu sempre digo isso, no duro. Eu sou um cara tranquilo e o meu trabalho é com fretes, e nesse meio, tem seus altos e baixos. Às vezes entro em cada zona, meu, só sendo um louco. E eu sou, às vezes! Eu raramente saio de São Luís, a trabalho, além disso, a gasosa está caríssima pra chuchu nestes tempos de covid. Mas, aceitei dias atrás um trampo louco daqui a Barreirinhas. Para lugares distantes como este, só indo a dois. Então levei comigo o andarilho Dionísio.

Eram 258,8 km daqui para lá e marcamos para irmos às 11 horas da manhã, pois queria sair depois do almoço. Dionísio como de praxe foi com a roupa do corpo, sem mudas, mesmo sabendo que seriam 16 horas entre a ida e a volta e possivelmente dormiríamos em algum canto sombrio, pois não tínhamos grana para hotel. Não era muita coisa que levaríamos: uma geladeira de duas portas e um fogão de seis bocas. Zarpamos na donzela perdida do asfalto (como chamo a Saveiro) naquela hora cantamos vento rumo à cidade dos lençóis. Dionísio, posso dizer no duro, era um cara peculiar em todos os sentidos possíveis e inimagináveis.

Nos seus dias sóbrios ele era um Buda, mas bastava um etílico no sangue que pulava do Siddartha para um Christopher Marlowe. Nós, fomos sóbrios, era necessário. Passamos da ponte do estreito, ele gesticulou alguma coisa...para o mar..., e depois saltou três diálogos que talvez fizesse consigo mesmo: — Meu, vamos escutar algo? Estou fervendo a minha mente com a incerteza! — Qual incerteza? Eu disse, balbuciando também. — Se eu tranquei ou não a porta da minha casa. Eu pensei comigo depois de alguns minutos! O campo de Perizes sempre foi um lugar abandonado, mas agora parecia um campo de obras. — Põe uma música! Ok, eu disse, sorrindo para o vento que assobiava estranhamente distante de nós.

Algumas músicas estavam salvas no meu *pendrive* e de forma aleatória apareceu está: *Comfortably Numb, do Pink Floyd*. Ela badalou dentro do carro quase como uma marcha fúnebre. Fiquei arrepiado. Eu estava realmente confortavelmente entorpecido com aquela paisagem, então paramos em Rosário e bebemos duas brejas. Dionísio queria mais do que duas, mas eu disse que não poderíamos ficar mais entorpecidos do que já estávamos e assim seguirmos viagem, eu acho. Eu desliguei o som, mas Dionísio ligou novamente e caiu “*Sympathy for The Devil, dos Rolling Stones*, mas eu nem deixei tocar toda. Fiquei pulando até achar outra menos sinistra. A BR-402 parecia uma desolação kafkiana pós-Chernobyl. A vegetação rasteira e as árvores de pequeno porte contribuíram para alterar as nossas sensações do ambiente.

Os pneus estavam carecas e era esse um dos objetivos que aceitei fazer esta odisséia que já cheirava mal. O silêncio voltou a reinar. Dionísio só falava alucinadamente e parecia estar bêbado, já dizia frases aleatórias como “Here comes your man”. Depois de quase 5 horas loucas de viagem, chegamos à rua 1º de maio. Ela parecia que queria nos engolir. — Meu! Que solidão! — “What if they never catch?” — Pare com essa lomba, meu. — “Hit me! Hit me!” Bateu à vontade, mas contive meus impulsos e o deixei falando sozinho.

Descarregamos e fomos pagos e pegaríamos o caminho de volta, mas já passava das 17 horas e chegaríamos à ilha às 21 horas ou 22 horas a depender da estrada. Eu estava cansado e Dionísio estava querendo beber mais. Não tinha dinheiro para nos hospedarmos. Fiquei sentado no banco da donzela; pensando, pensando com os meus botões, no que faríamos. Liguei para velhos amigos e somente um que nunca atendia, atendeu. A voz dele saiu mefistofélica e quase desliguei. Ele passou a localização fixa e olhei no GPS. Só ficava 30 minutos fora do nosso percurso, mas era melhor do que dormir na rua. Fomos para um bar e bebemos sete doses de uma cachaça da terra.

Dionísio bebeu mais do que eu, talvez 1/3 do que receberia pelo serviço. Às 21h55 o dono do bar disse que fecharia e saímos em direção ao nosso destino. A internet não estava muito boa, mas aos trancos e barrancos conseguimos chegar ao sítio. Vou resumir o cenário para vocês: pensem no filme “*A casa da colina*” e agora tempere com algo menos gore como o “*Pânico na floresta*”, eis a ideia que terão do lugar. A residência ficava no meio do nada, da porteira que já estava aberta até a casa, foram 20 minutos, mas chegamos ao local. Que por sinal, ao redor da casa era bem iluminada.

O nosso anfitrião nos recebeu totalmente pelado e aparentemente havia uma idosa de 80 anos sentada numa mesa de jacarandá segregando o feijão numa escuridão medonha e uma outra que na hora não pude ver direito, mas ela apareceu, igualmente nua. Ele, o anfitrião veio balançando aquilo e disse com uma voz jocosa, — Fala meus brothers como estão as coisas na ilha? — Estão como deus a quer, eu disse meio assustado. — Eu preparei um lugar para vocês. O lugar parecia realmente sinistro. Havia quadros hindus e do candomblé como se duas pessoas de credos diferentes habitassem ali.

Eu não tirei o tênis nem a roupa. O anfitrião apareceu agora, de roupão bege e com listas lilases dizendo, boa noite. A porta ficara entreaberta. A idosa que antes estava silenciosa na sua árdua tarefa, soltou um riso estranho que ressoou nos meus ouvidos e um papagaio que não sei de onde veio gritou um nome: — Azael. Meu sangue congelou. Eu não fazia ideia de quem era, mas já estava nervoso. — Ei, cara, disse eu. Ei, dormiu? O silêncio batia e o vento rosnava lá fora. Alguém fez sombra na porta e dei um tapa no peito de Dio. — Cara, lembra aí, pow. — Estou acordado e não estou gostando do diálogo desses cinco! — Que cinco!? São três, eu disse, o papagaio não

conta. — Não meu, são cinco cabras, fora a velha, que estão aqui. Dois dentro da casa e três lá fora. — Vamos sair desse hospício. — Vamos, só tem um problema brother. Estou dormente da cintura para baixo. O quê? Eu levantei tentando pensar em algo e andei pelo quarto e foi aí, a minha grande miséria certeza, um achado sinistro... encontrei um fêmur com sangue velho de algo que julgo ser de um animal ou coisa e tal, nele estava entalhado as iniciais *CMB*.

*CMB*, diacho que diabo é *CMB*? Dei um chute no calcanhar dele e disse, — miséria se tu não se levantar, te deixo aí. Ele pulou da cama como uma onça e nem falamos mais nada e fomos logo saindo. Eu corri como um “*Forrest Gump*” quase competindo com os grilos. Meus calcanhares cantavam um cro cro, diferente do cri, cri. Avistei o carro e olhei para os lados como um maníaco. Puta merda, cadê esse louco? O silêncio continuava a sussurrar na escuridão e as árvores farfalhavam na escuridão para além da casa e não sabia se cantava pneu ou empurrava o carro e se alguém me bater por trás, não, não vou sair daqui. Isso já beirava as 2 horas da manhã. 2 minutos, ele apareceu mais branco que “*Papillon*” depois da penúltima fuga. Eu nem disse nada, zarpei. Chegamos à porteira e ela estava fechada. — Meu deus do céu, exclamei ao vento e disse a ele, vai lá e abre essa desgraça. — Por que eu? — Tu diriges ou não? Ele foi e abriu. Deixamos ela aberta e sumimos. Até chegar à estrada principal foram quase 4 horas.

O céu estava estranho, olhei um cavalo de ferro. Dionísio saltou para fora da janela e vomitou um litro de cachaça. Eu já estava pensando na possibilidade de eles pensarem o pior e fossem à nossa procura. Eu fiquei pensando no pior. Será que planejavam algo? Será que planejava, disse isso quase em voz alta. — O quê? — Diacho, estamos perdidos, exclamei. Use o GPS, eu disse. — Meu celular não pega GPS! Usa o meu, eu disse, gritando para ele. — O que diabo você estava fazendo lá naquela hora? — Eles estavam todos juntos, os sete! — Tu não disseste que era cinco? — Os cinco, e mais a velha e o papagaio. — Eita diacho, pare de falar e pegue o celular. Ele o pegou e nos orientamos e ESTRANHAMENTE, estávamos em Itapecuru-Mirim.

Crônica de  
**Benedito Buzar**

## OS PRIMEIROS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM ITAPECURU

A inauguração da eletricidade em Itapecuru, no final de 1948, desencadeou acentuada modificação no cotidiano da população, especialmente no campo do entretenimento e da comunicação social.

Ao prefeito Miguel Fiquene coube a introdução na cidade da energia elétrica, ferramenta importante e voltada para proporcionar melhores condições de conforto e de lazer à comunidade.

### A INAUGURAÇÃO DA EMPRESA MARÍLIA

Partiu do gestor municipal, como homem público de visão, a iniciativa de arregimentar esforços para transformar o cenário da terra que lhe deu um mandato popular, por conta da presença da eletricidade na cidade.

Para que essas inovações tecnológicas fossem introduzidas na cidade, Miguel Fiquene criou a Empresa Marília, por meio da qual a população disporia de equipamentos modernos de diversão e comunicação social, destacando-se um projetor de filmes cinematográficos e um serviço de alto-falante.

### O CINE MARÍLIA

Com respeito ao cinema, como instrumento de diversão, a grande maioria da comunidade não o conhecia. Era, portanto, uma auspiciosa novidade, que serviria para preencher as ociosas noites itapecuruenses e de cidades vizinhas.

Com um misto de ansiedade e curiosidade, a população marcou presença na noite de 5 de março de 1950, ao ato em que se inaugurava festiva e solenemente a empresa Marília Ltda, voltada para proporcionar à cidade de equipamentos que a tornariam mais alegre e descontraída.

O cine Marília, assim denominado, começou a funcionar provisoriamente na residência do comerciante Wady Fiquene, irmão do prefeito Miguel e estabelecido na Rua do Egito. O espaço reservado à projeção de filmes era uma longa varanda, onde os espectadores, sentados em cadeiras comuns, se acotovelavam para ver a exibição das obras cinematográficas, quase todas produzidas nos Estados Unidos. O projetor de filmes era colocado num lugar destacado, tipo um pedestal, no final da varanda.

Os filmes eram exibidos quatro vezes por semana, sempre à noite, por volta das 20 horas. Aos domingos, aconteciam as vesperais, às 16 horas. Exibiam-se filmes de 18 milímetros, das conceituadas companhias americanas Metro Gold Mayer e Warner Bros.

Um clássico do cinema americano, “Sargento York”, protagonizado pelo artista Gary Cooper, inaugurou o Cine Marília. A população compareceu em peso. Os ingressos eram vendidos a preços acessíveis. A curiosidade era tão grande que muita gente, por falta de acomodação, sentava-se no chão. Os equipamentos cinematográficos ficavam sob à responsabilidade dos jovens José Domingues e Nonato Araújo, que receberam treinamento especial para manipulá-los.

Depois de alguns meses, o Cine Marília passou a funcionar em espaço próprio, localizado na Avenida Gomes de Sousa, prédio construído para receber dois tipos de plateia: aos mais dotados de poder aquisitivo, reservavam-se cadeiras de madeiras mais ou menos confortáveis. Para os assistentes de menor renda, destinavam-se um espaço menos confortável, à base de bancos compridos e sem encosto. Uma mureta separava as duas plateias.

## OS ALTO-FALANTES

Com respeito ao serviço de alto-falante, não era novidade na cidade, que ficou conhecendo aquele equipamento de comunicação social por iniciativa do comerciante Abdala Buzar, que, na condição de promotor do festejo de São Benedito, contratava A Voz Pindorama, de Coroatá, para animar o arraial em torno da igreja.

O serviço de alto-falante, batizado com o nome de Voz Marília, entrava no ar em dois horários: das 10 às 13 horas e das 17 às 21 horas. Ao longo da programação, comandada pelos locutores Renato Oliveira, José Metre e João Batista Nogueira, transmitiam-se notícias diversas, atos da prefeitura e informações de interesse da comunidade.

Grande parte do faturamento do serviço de alto-falante provinha da veiculação de propaganda comercial e das mensagens musicais, que os ouvintes pagavam para enviar aos parentes e amigos, principalmente quando mudavam de idade e dedicavam-lhes canções gravadas em discos vinil pelos artistas que faziam sucesso na época, a exemplo de Nelson Gonçalves, Orlando Silva, Gilberto Alves, Luiz Gonzaga, Ângela Maria, Marlene, Emilinha, Linda e Dircinha Batista e outros renomados cantores.

À falta de um local adequado para a instalação da Voz Marília, o equipamento começou a funcionar numa sala improvisada na residência do prefeito Fiquene, na Rua do Sol.

No rastro dessas inovações tecnológicas, que se transformaram em coqueluche e deram à cidade um sopro de modernidade, mais dois serviços de alto-falantes foram anos depois instalados em Itapecuru.

Em 29 de abril de 1950, portanto, um mês após a inauguração da Empresa Marília Ltda, o comerciante Abdala Buzar Netto, adquiria e doava à paróquia de Nossa Senhora das Dores uma amplificadora a que deu o nome de Voz Paroquial São Benedito, para divulgar informações católicas e animar as festas de largo promovidas pela igreja.

O estúdio da amplificadora ficava no interior da igreja, nas dependências da sacristia. Com dois alto-falantes, colocados na torre da matriz, a Voz Paroquial, para que fosse ao ar durante o dia, Abdala comprou também um pequeno gerador, para alimentar com energia o equipamento sonoro.

O primeiro locutor da Voz Paroquial chamava-se A. da Costa, posteriormente substituído por Edmar Bezerra. Para mantê-la, os fiéis colaboravam com pequenas quantias advindas das mensagens musicais.

No alvorecer de 1951, o professor João Rodrigues informava à população de que mais um serviço de alto falante seria instalado na cidade. Para isso, fundara a Organização Radiofônica Voz do Comércio, equipamento comprado em São Paulo, modelo Philips, que funcionava com toca-discos, microfones e quatro alto-falantes.

Dias depois, ele anunciava a inauguração da Voz do Comércio, em 9 de março de 1951. A comunidade tomou conhecimento da chegada da amplificadora por meio de intenso foguetório. O estúdio, montado na residência do proprietário, na Praça Gomes de Sousa, onde também se instalaram os alto-falantes. Para dirigi-la, João Rodrigues convocou o filho Antônio Olívio, jovem e brilhante intelectual, que teve a desdita de morrer prematuramente.

A Voz do Comércio e a Voz Marília, por pertencerem a políticos militantes, transformaram-se também em instrumentos partidários. Por ocasião das campanhas eleitorais, veiculavam propaganda e mensagens dos candidatos e políticos.

## OS JORNAIS

João Rodrigues, além de emérito professor e dono de uma instituição de ensino - o Instituto Rio Branco, que educou várias gerações, prestou relevantes serviços ao município no campo da comunicação social. Deve-se a ele também o gesto pioneiro da fundação em Itapecuru, nos meados da década de 30, do século passado, de um pequeno jornal, mas valioso pelas informações a respeito de pessoas e de eventos da cidade.

Intitulado de A Gazeta, circulava com as dificuldades inerentes da época. O jornal era feito pelo sistema tipográfico. A oficina funcionava na Rua do Egito. Com o advento do Estado Novo, que passou a censurar a imprensa, vieram à tona dificuldades para os jornais do interior, destacando-se a carência de papel e as perseguições políticas contra os que não rezavam na cartilha dos novos detentores do poder. Para não sofrer dissabores e malquerenças, João Rodrigues obrigou-se em 1937 a encerrar as atividades de A Gazeta.

A volta do país ao regime democrático, fez com que ele novamente entrasse em ação e com obstinada determinação, decidiu fundar outro jornal, através do qual continuaria a defender as suas ideias políticas e seus princípios partidários, que se

materializaram com as conquistas de um mandato de vereador e de prefeito, cargo que ocupou duas vezes.

Com efeito, em dezembro de 1946, ganhava as ruas da cidade o jornal O Trabalhista, em homenagem ao ex-presidente Getúlio Vargas, fundador do PTB, partido ao qual João Rodrigues se filiou e passou a ter participação ativa no cenário político de sua terra. O Trabalhista, assim como A Gazeta, adotava uma linha crítica com relação aos administradores municipais. Salvo melhor juízo, o último número do jornal circulou no começo de 1952.

Quando O Trabalhista surgiu o processo tecnológico usado na montagem de jornais ainda era o mesmo da época de A Gazeta: a tipografia. Um profissional se encarregava de fazer tudo, excetuando-se os textos, estes, produzidos em manuscritos ou em máquinas de datilografia por jornalistas amadores.

O semanário itapecuruense circulava com quatro páginas. Em casos excepcionais, chegava a seis, com registro de notícias diversas da cidade, ressaltando-se os assuntos políticos, tendo em vista que nas veias do proprietário corria o sangue do partidatismo.

A cidade só voltou a contar com jornal impresso nos idos de 1991, por iniciativa do publicitário Gonçalo Amador. O novo veículo de comunicação, com o título de Jornal de Itapecuru, chegou às ruas para suprir a ausência do jornal O Trabalhista, que deixou de circular em 1952, quando o professor João Rodrigues, seu diretor, não teve mais condições de mantê-lo, face aos custos elevados do material gráfico.

O Jornal de Itapecuru, para não enfrentar problemas idênticos aos de O Trabalhista, levou o seu proprietário a imprimi-lo em São Luis, utilizando os serviços de gráficas particulares. Impresso em policromia, editado mensalmente, em tamanho igual aos que circulam em todo o país e com um número de páginas que variava conforme o noticiário e a publicidade. O Jornal de Itapecuru especializou-se na veiculação de informações e de notícias da cidade e de municípios circunvizinhos.

## A TELEVISÃO

Na área da comunicação social, a população itapecuruense voltaria a ter dias de contentamento e vibração, em abril de 1969, por iniciativa do então prefeito João Rodrigues.

Autorizado pela Câmara Municipal, a prefeitura instalou na Praça Gomes de Sousa um aparelho de televisão, para que a comunidade não dotada de suficiente poder aquisitivo assistisse aos programas veiculados pela TV Difusora, do grupo Bacelar.

Num pedestal, construído e instalado na principal praça da cidade, um televisor funcionava das 19 às 22 horas e ativado por um servidor municipal.

Quando a televisão entrava no ar, os telespectadores se posicionavam em frente ao pedestal e ali ficavam até a hora que o servidor municipal o desligava. As



novelas eram os programas preferidos da população, que chegava cedo à praça para ocupar os melhores lugares.

A partir da década de 1970 o aparelho de TV deixou a Praça Gomes de Sousa, em função da produção em massa de televisores, que possibilitou o acesso pecuniário àquele poderoso bem de consumo, facilitado pela instalação de estações geradoras ou repetidoras das imagens veiculadas pela televisão para todas as cidades brasileiras, por conta da Embratel.

Entrevista de  
Gabriela de Santana Oliveira

## ENTREVISTA COM CERES COSTA FERNANDES

Ceres Costa Fernandes nasceu em Salvador (BA), durante uma curta permanência de seus pais, ambos de família maranhense, nessa cidade. A família retornou ao Maranhão, quando Ceres completava três anos. Mestre em Letras pela PUC-RJ, foi professora da TV Educativa do Maranhão e professora do Curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, onde ministrou as seguintes disciplinas: Inglês, História da Literatura, Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa. Além da atuação na docência, também desempenhou funções de gestão. Na UFMA, foi Chefe da Divisão de Estágio Curricular (1978), Pró-reitora de Graduação (1993-1996) e Assessora de Relações Internacionais (1997-1998). No Governo do Estado do Maranhão, atuou como Assessora Especial de Educação da Gerência Regional de São Luís (1998-2003), como Gestora de Programas Especiais do Governo do Estado (2003-2006) e como Diretora do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho (2009-2014). Foi membra do Conselho Estadual de Cultura do Estado, (2004-2006). Atualmente é membra do Conselho Universitário (CONSUN) da UFMA.

Ceres é ganhadora de várias medalhas e honrarias, como: Medalha do Mérito Timbira (2006), concedida pelo Governo do Estado do Maranhão; Medalha Laura Rosa (2008), concedida às mulheres educadoras que se destacaram em outros ramos do saber; Medalha Odorico Mendes (2008), da Academia Maranhense de Letras; Palmas Universitárias (2009), distinção honorífica; Medalha do 4º Centenário de São Luís (2012), da Assembleia Legislativa do Estado, por relevantes e inestimáveis serviços prestados à cidade de São Luís, no século XX e no atual; Professora Emérita da Universidade Federal do Maranhão (2020).

Cronista, contista e ensaísta, autora de várias obras, é imortal da Academia Maranhense de Letras, onde ocupa a cadeira de número 39. Também é membra da Academia Ludovicense de Letras, cadeira número 34, e da Academia São-Bentuense de Artes e Letras, cadeira de número 2.

A entrevista que se segue foi concedida a Gabriela Santana<sup>1</sup>, para a segunda edição da Revista Pergaminho.

**Gabriela Santana:** Você é uma baiana que mora no Maranhão e que, em função da sua atuação na Secretaria de Educação, viajou por muitos municípios maranhenses. Em algumas de suas crônicas podemos perceber as marcas desses lugares em que você já viveu e trabalhou. As nuances poéticas em torno de espaço e lugar são as mais diversas, na medida em que as ligações do homem com o espaço podem

<sup>1</sup> Mestre em Literatura pelo PGLetras UFMA, é membra do Grupo de Pesquisa em Lírica Contemporânea Brasileira e do Conselho Editorial da Revista Pergaminho. Atualmente, é professora do IFMA - *Campus* Itapecuru Mirim. E-mail: gabrielasantana1611@gmail.com;

ser de atração ou de repulsa. Como suas experiências com os lugares são transfiguradas por sua atividade criadora?

**Ceres Costa Fernandes:** Eu diria que sou uma maranhense, descendente de famílias maranhenses que nasceu por acaso na Bahia, e aos três anos já estava aqui. Dito isso, vamos lá, uma característica que me agrada na minha maneira de ser é a de me adaptar facilmente e me sentir acolhida em todos os lugares e ambientes em que vivo e já vivi. Conheço o Maranhão, não apenas em passagens viagens de trabalho ou lazer. Tive muitos momentos de trabalho com educação e saúde escolar em cerca de 50 municípios maranhenses, ao longo de 30 anos, desde a minha experiência com o INL (Instituto Nacional do Livro), e a sua seção aqui no nosso estado; como Gestora de Programas Especiais do Governo, onde desenvolvi os projetos Aluno Modelo e o mais profícuo de todos, o Projeto Saúde na Escola que envolveu 130 municípios. Em adendo a isso, morei, acompanhando meu pai que era juiz, em quatro municípios do Maranhão: Icatu, Barra do Corda, Rosário e São Luís. As minhas memórias de infância estão impregnadas das cidades interioranas que sedimentaram o meu gosto pelas coisas simples. A vivência nesses lugares de sonho e magia, as paisagens, os costumes, as pessoas conhecidas, o sabor das comidas, estão na base da minha formação e presentes na minha escrita, indelevelmente, seja por meio da recordação ou da imaginação transfiguradora.

**Gabriela Santana:** Você tem usado seu perfil no Facebook<sup>2</sup> para publicar algumas crônicas. Na leitura desses textos, as ressonâncias da memória sobressaem em episódios de sua infância, juventude, e de pessoas e tempos já idos. Para os gregos antigos, a memória era a deusa *Mnemosyne*, a mãe das nove musas, cuja potência, naquela sociedade de tradição fortemente oral, era essencial, pois sua ausência impossibilitaria a narração dos grandes mitos, ou seja, os sons e as palavras simplesmente não se fixariam. Em sua opinião, qual o lugar da memória na nossa sociedade contemporânea? Gostaríamos também de saber mais sobre as manifestações da memória no seu processo de escrita.

**Ceres Fernandes:** Na modernidade, depois da fixação dos mitos e registro dos acontecimentos por meio da imprensa e dos recursos da mídia, a memória oral perdeu a antiga importância de registro de fatos e preservação das manifestações do imaginário coletivo. Hoje, temos a convicção de que tudo está registrado. Pensamos que sim. No entanto, há uma reminiscência da literatura oral na memória escrita de cada um, diferente do registro oficial, abrindo espaço para a imaginação e o sonho. Grande parte de meus escritos não acadêmicos são de memórias da infância. Privilegio essa época, porque é quando se tem o olhar puro, desavisado e límpido, isento de preconceitos, interesses e normas e ainda não estamos adestrados para o fingimento e a busca de amizades vantajosas. Esse olhar é propriedade única das crianças, dos

2 <https://www.facebook.com/ceres.costafernandes.7>

loucos e dos apaixonados. Isso sempre me fascinou. Procuro, mesmo nos textos nascidos da maturidade, olhar as coisas como se as desconhecesse, tentando encontrar o seu significado primordial, preservando a limpeza do olhar infantil.

**Gabriela Santana:** Seu livro *O narrador plural na obra de José Saramago* - que é fruto de uma pesquisa pioneira, em nosso país, sobre a obra do escritor português - já está na terceira edição. Além desse livro, você possui ainda outros de cunho acadêmico<sup>3</sup>. Fale-nos um pouco sobre esses seus dois universos de escrita: o acadêmico e o literário.

**Ceres Fernandes:** Comecei a escrever com o objetivo de ilustrar as minhas aulas de Literatura Portuguesa e Teoria da Literatura, pensando na lide acadêmica. Daí surgiram os livros *Literatura medieval e religião*, *Surrealismo e loucura* e *O narrador plural na obra de José Saramago*, que já está na terceira edição e, além de ter sido usado em Cursos de Literatura no Maranhão, faz parte de da bibliografia básica sugerida no Curso de Letras da Universidade do Porto. Pequenos ensaios e perfis literários de teor acadêmico também foram publicados em revistas e jornais e estão enfeixados em novo livro a ser lançado breve. A minha prosa de ficção é tardia, ser ficcionista foi quase uma descoberta para mim que me sentia apenas a professora de Teoria Literária, que escreve em busca de facilitar a interpretação de textos para alunos e professores de Letras. Eu já escrevia regularmente para o jornal *O Estado do Maranhão*, aos domingos, quando arrisquei alguns textos de ficção e recebi pronta aceitação dos leitores. A partir daí, comecei a acreditar que poderia escrever ficção. Lancei *O Último pecado capital*, que contém uma parte dessa ficção e estou com um livro de contos pronto para ser editado.

**Gabriela Santana:** Ceres, você já declarou que sua paixão é a escrita de ficção. Pensando agora no processo de criação, de onde você diria que vem sua inspiração?

**Ceres Fernandes:** Eu diria que tenho em mim duas vertentes apaixonadas, a de ser mestra, de escrever sobre literatura, em ensaios, e a de escrever crônicas, que podem ser discussões do cotidiano, memorialistas e até ficcionais. A crônica é um gênero (ou espécie, como querem alguns) paraliterário ou híbrido onde tudo cabe. Por vezes, ela pode não ser literatura: uma crônica política, de informações jornalísticas ou esportivas, em princípio não é literária. Mas não podemos esquecer que Nelson Rodrigues escreveu primores literários com as suas crônicas futebolísticas. Tudo depende da palavra adotada, a palavra polissêmica, o uso de metáforas e metonímias, a musicalidade das orações, vamos da narrativa à prosa poética. Estou trabalhando bastante com o conto agora. Sobre a inspiração, vale dizer que ela nasce de tudo, uma lembrança, um cheiro, um retrato antigo, a palavra solta no ar por alguém, tudo ou nada fazem a imaginação começar a trabalhar.

<sup>3</sup> *Apontamentos de literatura medieval - literatura e religião*. (2000) e *Surrealismo & loucura e outros ensaios* (2008).

**Gabriela Santana:** Então, para você, o labor do escritor, sua luta com as palavras, é um exercício dominado pela razão ou há ainda lugar para o auxílio das musas?

**Ceres Fernandes:** Acho que faço parte daquele grupo que se reconhece nas palavras de Fernando Pessoa, “o que em mim sente está pensando”. Não consigo divorciar minha criação literária do meu pensamento lógico, o que me leva sempre para o lado da prosa. Não tenho o privilégio de receber a inspiração completa, luto por ela. Na verdade, muitas vezes ela chega depois que sento em frente à telinha do computador ou pego do papel e da pena, com apenas uma frase ou imagem na cabeça. Aí, eu vou, parodiando Sócrates, partejando o texto até que ele saia inteiro no papel. O parto pode ser fácil ou doloroso.

**Gabriela Santana:** Além de professora e escritora, você também teve uma atuação importante como gestora em órgãos do Governo do Maranhão, sempre nas esferas da Cultura e da Educação. Nesse ínterim, você coordenou (2013 e 2014) a I e II Mostras Estaduais de Literatura que representaram importantes marcos para a cultura literária no estado, uma vez que promoveram não só a divulgação de obras e autores de diversos municípios maranhenses, bem como fomentou o diálogo entre as Academias de Letras desses municípios. Gostaríamos de que você comentasse a importância dessa interlocução.

**Ceres Fernandes:** Quando estava à frente do Centro de Criatividade Odylo Costa, filho, fui procurada por dois dos idealizadores da FALMA (Federação das Academias Maranhenses de Letras), Macatrão e Álvaro Urubatan Mello. Na ocasião, eles queixavam-se de que, apesar da existência de 14 academias afiliadas, não havia integração entre elas e sugeriam que o Odylo (o Centro) promovesse esse diálogo. Surgiu daí uma ação importante, as duas feiras literárias dos municípios a quais denominamos I e II MEL (Mostra Literária Estadual). Foi realmente um sucesso, as academias menores se reorganizaram para participar do evento, e, na segunda Mostra, vieram juntar-se a nós outras academias recém-criadas. A quantidade de autores dos municípios cresceu assim como os lançamentos de livros de seus afiliados. A FALMA fortaleceu-se; as grandes e mais antigas academias, tais como Imperatriz, Caxias, São Bento e Viana, também participaram das mostras com grande integração. Adalberto e Agostinho Noleto, de Imperatriz, deixaram, num memorável debate na I MEL, uma frase que gosto muito: “Pela primeira vez a Ilha reconheceu que há vida inteligente do outro lado do Estreito dos Mosquitos”. Depois de 2014, saí do Odylo e as Mostras findaram. Gosto de saber que fiz parte de tudo isso.

**Gabriela Santana:** Em sua opinião, qual é o papel das Academias de Letras? Esse papel está sendo alcançado?

**Ceres Fernandes:** Gostaria de excluir desse rol a AML, a academia estadual e falar do momento que está vivendo grande parte das academias municipais. As

academias municipais, que, na sua maioria, unem às letras as ciências e artes, são de grande importância para o desenvolvimento cultural do município. Elas procuram agregar as cabeças pensantes locais, objetivando o levantamento de valores em todas as áreas da cultura e do saber do município, oportunizando aos intelectuais a produção e edição de suas obras. Muitas estão empenhadas na busca dos fundadores de sua gênese cultural, focando na preservação dos valores de sua região. Destaco a academia de Itapecuru, AICLA, uma academia jovem, que já colocou a FLIM (Festa Literária de Itapecuru Mirim) como referência em eventos literários maranhenses. Participar de uma academia envolve sacrifícios e muito trabalho para seu engrandecimento. Infelizmente, sempre há pessoas que, de modo unilateral, vão buscar nas academias apenas visibilidade e glória pessoal.

**Gabriela Santana:** Gostaria que você comentasse em que está trabalhando agora e quais são seus projetos futuros.

**Ceres Fernandes:** Gabriela, você tocou em um assunto que anda me incomodando, ultimamente. Estou, como se diz, um passarinho na muda. Tenho vários projetos em andamento, como um livro de memórias, com textos já escritos, necessitando de revisão e da composição da edição; da mesma forma, trabalho em um volume de contos, também já escritos. Para mais tarde, ainda em fase de reunião, um livro de perfis e pequenos ensaios e outro de crônicas escolhidas. Ao todo, quatro livros. Os textos já se encontram escritos, necessitando de prioridade, que está sendo necessária, agora, para doenças na família. Enquanto a edição não vem, vou publicando textos no Facebook, nas revistas da AML e em algumas outras como a Revista *Sabiar*, e em coletâneas como *O Púcaro Literário*. Também tenho publicado no Caderno Literário *A Sacada*, do Jornal Pequeno, e na Revista Eletrônica da ALL, coordenada por Leopoldo Vaz, entre outros.









Rua Paulo Bogéa, s/nº - Centro  
Itapecuru Mirim - Maranhão